Estudo da Capacidade de Autofinanciamento da
Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central

José Neves Santana
Engenheiro Agrônomo

Orientadora: Professora Dra. Diva Benevides Pinho

Dissertação apresentada à Escola Superior
de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Univer-
sidade de São Paulo, para obtenção do Títu-
lo de Mestre em Agronomia, Área de Concen-
tração: Economia Agrária.

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo Brasil

Janeiro - 1989

S232e Santana, José Neves
 Estudo da capacidade de autofinanciamento da Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central. Piracicaba, 1989.
 111p.

 Diss. (Mestre) - ESALQ
 Bibliografia.

 1. Cooperativa agrícola - Aspecto econômico I. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

Estudo da Capacidade de Autofinanciamento da
Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central

José Neves Santana

Aprovada em 17.03.89

Comissão Julgadora:

Professora Dra. Diva Benevides Pinho	-	FEA/USP
Professora Dra. Maria Cristina Cacciamali	-	FEA/USP
Professor Dr. Pedro Valentim Marques	-	ESALQ/USP

Professora Dra. Diva Benevides Pinho
Orientadora

DEDICO:

À ITSUKI OKADA

Às crianças abandonadas, aos que sobrevivem em condições subumanas, aos negros ainda discriminados, a todas as criaturas que lutam por uma Sociedade mais justa, econômica e socialmente, e à Natureza, antes que os homens a destruam.

À uma Estrela

e aos meus Filhos

que me deram motivação para continuar...

"O Capitalismo falha ao converter a força de trabalho em mercadoria, fazendo do excesso de produção os seus próprios lucros. O Socialismo, com o princípio econômico de nacionalização das indústrias e das terras, ainda mais incoerente, não faz distinção entre o que trabalha e o ocioso. Por conseguinte, sob essa estrutura de plano econômico, acabam-se as concorrências, atrasa-se o progresso e, paralelamente ao enfraquecimento do país, a liberdade do povo começa a restringir-se."

MOKITI OKADA

Em memória de

Luiz Vicente de Souza Queiroz e

Kenkiti Simomoto

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Diva Benevides Pinho pela sua valiosa orientação no decorrer de todo o trabalho, inclusive como seu aluno da Disciplina de Cooperativismo da USP/FEA e também na obtenção dos dados junto à CAC-CC.

Ao Professor Dr. Pedro Valentim Marques pelo acompanhamento, sugestões e revisões frequentes desta dissertação.

Aos Professores, Dr. Rodolfo Hoffmann e Dr. Geraldo Sant Ana de Camargo Barros da USP/ESALQ e ao Dr. Carlos Marques Pinho da USP/FEA, pelas colaborações, reflexões e incentivos em vários momentos da elaboração da pesquisa.

Ao Dr. Américo Utumi, Diretor da CAC-CC, pelo apoio e colaboração ao tornar acessíveis os dados da Cooperativa.

Aos Colegas José de Oliveira Filho, Francisco Doriney B. de Souza, Jacira T. Carastan, Danilo R. Dias de Aguiar e Francisco Crocomo, pelo tempo dedicado à discussão de alguns tópicos.

Aos Colegas, Professores e Funcionários do Depto. de Economia e Sociologia Rural da ESALQ, especialmente a Maria Angélica A. Fanaro e a Luciane Cristina C. Martinelli, que na Biblioteca muito contribuíram para a realização deste trabalho, e à Sra. Alice da Silva Cipriano pelo seu carinho e atenção no decorrer do curso.

À Maria Tereza Martins Aléssio, da USP/FEA pelo apoio e incentivos nos momentos que estive na FEA.

Ao Colega Almir Miranda da DEPLAC-Divisão de Cooperativismo,

pelas experiências transmitidas nos dois últimos anos que antecederam a realização deste Curso.

Ao Sr. Henrique Massayoshi Kobashigawa pelo apoio prestado através da Visão Contábil S.A. Ltda.

À Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC pela oportunidade concedida para frequentar este Curso de Mestrado, especialmente na pessoa de Dr. Manoel Malheiros Tourinho.

À Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ.

Ao Centro de Informática na Agricultura - CIAGRI.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

ÍNDICE

Lista de Tabelas	i
Lista de Figuras	iii
Resumo	iv
Summary	vi
1. Introdução	
1.1. O problema e sua importância	1
1.2. Estudo de caso	6
1.3. Objetivos	7
2. O Associativismo na captação interna e aplicação de recursos na atividade agrícola - Um breve histórico da CAC-CC	
2.1. Antecedentes	8
2.2. Dos anos iniciais ao período 1978/1987	15
3. Revisão de Literatura	
3.1. O processo de captação interna	26
3.2. As Aplicações Fixas (investimentos)	30
4. Material e Método	
4.1. Material	39
4.1.1. Variáveis Seleccionadas	40
4.2. Método	42
4.2.1. índices comparativos	44

5. Resultados e Discussão	
5.1. Captação interna	47
5.2. As Imobilizações (aplicações fixas)	53
5.3. índices Comparativos	59
6. Conclusões	71
Referências Bibliográficas	73
Anexos	
Anexo I - Série dos Balanços da CAC-CC	77
Anexo II - Balanços do Setor Privado	108

LISTA DE TABELAS

Tabela nº	Página
1 - Componentes de captação interna de recursos da CAC-CC no período de 1978/87 (Valores em Cz\$ 1000,00 constantes de dezembro de 1985).....	48
2 - Evolução dos componentes de captação interna da CAC-CC no período de 1978/87 (índice base 100 = 1980).....	48
3 - Taxa de captação interna de recursos da CAC-CC no período de 1978/87 (Valores em mil cruzados - dez/85)....	50
4 - Taxa de Administração (Despesas Operacionais) da CAC-CC no período de 1978/1987 (Valores constantes de dezembro/1985 em Cz\$ 1000,00).....	52
5 - Componentes das Aplicações fixas de recursos da CAC-CC no período de 1978/87 (o Ativo Permanente). Valores constantes de dez/85 em mil cruzados.....	53
6 - Crescimento das Imobilizações da CAC-CC no período de 1978/1987 (Valores constantes de dezembro de 1985 em Cz\$ 1000,00).....	56
7 - Capacidade de Autofinanciamento da CAC-CC no período de 1978/87 (Valores constantes de dez/85 em Cz\$ 1000,00).....	57
8 - Taxas de captação interna ("lucro" líquido retido) da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.....	60

9 - Taxas de administração (despesas operacionais) da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.....	62
10 - índices de crescimento das Vendas da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.....	64
11 - índices de crescimento das Imobilizações da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.....	67
12 - Grau de Imobilização Técnica do Patrimônio Líquido da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura nº	Página
1 - Evolução dos principais componentes de captação interna da CAC-CC no período de 1978/87 (índice base 100 = 1980)	49
2 - Distribuição das instalações operacionais da CAC-CC no ano de 1987	55
3 - Capacidade de Autofinanciamento da CAC-CC no período de 1978 a 1987 (Valores constantes de dezembro de 1985 em Cz\$ 1.000.000,00)	59
4 - Taxas de captação interna ("lucro" líquido retido) da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986	61
5 - Taxas de administração (despesas operacionais) da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986	63
6 - índices de crescimento das Vendas da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986	66
7 - índices de crescimento das Imobilizações da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986	67

Estudo da Capacidade de Autofinanciamento da Cooperativa
Agrícola de Cotia - Cooperativa Central

Autor: José Neves Santana

Orientadora: Dra. Diva Benevides Pinho

Resumo

Objetivando analisar a questão do crescimento econômico em cooperativas agrícolas, tomou-se para estudo de caso o exemplo da Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central, verificando em que medida esse processo ocorre a partir da captação interna de recursos e suas aplicações em imobilizações (imóveis, máquinas e equipamentos - bens de produção - bens de transporte e bens de uso administrativo).

O problema fundamental é a existência de capital necessário à sustentação dos investimentos, sem desmerecer os outros fatores de produção envolvidos no processo do crescimento econômico.

Para estudar este problema, utilizou-se de dados contábeis dos Balanços e Relatórios dos Serviços Sociais da CAC-CC - Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central, no período de 1978 a 1987.

A capacidade de autofinanciamento da Cooperativa é expressada através da diferença entre o montante de captação interna e o montante das aplicações fixas ano a ano.

Alguns indicadores econômico-financeiros foram analisados e comparados com o setor privado. Tais como a taxa de captação interna ("lucro" líquido retido), a taxa de administração (despesas operacionais), índice de crescimento das imobiliza-

ções e o grau de imobilização técnica do Patrimônio Líquido, demonstram o bom desempenho da Cooperativa. Quando comparados ao setor privado, no período de 1980 a 1986, conclui-se que o Sistema Cooperativo da Cotia (CAC-CC) tem operado com maior eficiência econômico-financeira.

Este estudo de caso comprova a capacidade de autofinanciamento da CAC-CC, evidenciando que seus associados são os principais responsáveis pelo seu crescimento econômico (a formação do capital fixo da empresa) no período estudado.

Study of the Self-financing Capacity of the Agricultural
Cooperative of Cotia - Central Cooperative

Author: José Neves Santana

Adviser: Dra. Diva Benevides Pinho

Summary

To analyze the question of the economic growth in agricultural cooperatives, the Agricultural Cooperative of Cotia - Central Cooperative was taken as a case study, verifying in which measure that the process begins with internal capititation of resources and their application in the fixed assets (real estate, equipment for production, transportation and administration).

The fundamental problem is the availability of necessary for sustaining the investments without limiting other factor of production involved in the process of economic growth.

To study this problem, the accounting data of the Report and Audit of the Association Services of the Agricultural Cooperative of Cotia - Central Cooperative (ACC-CC), were used for period 1978-1987.

The self-financing capacity of the Cooperative is expressed through of the difference between the amount of internal capititation and the amount of yearly fixed application.

Some economic-financial indicators were analyzed and compared with those of the private sector.

Indicators, such as internal capititation rate (retained net "profit"), the administration rate (operational expenses), index of increase of fixed assets and degree of

technical assets of the liquid patrimony, show a good performance for the Cooperative. And when compared with the private sector in the period of 1980-1986, the Cooperative System of Cotia has operated with greater economic-financial efficiency.

This case study prove the self-financing capacity of the ACC-CC, showing that their members are the individuals responsible for its economic growth - the formation of the fixed capital of the enterprise and consequently of its expansion - in the period studied.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Problema e sua importância

Em todo processo de crescimento e desenvolvimento econômico, além do trabalho e dos recursos naturais, outro fator relevante é o capital. Se para os economistas clássicos ingleses (especialmente Ricardo), o desenvolvimento de uma economia em seu todo dependia do crescimento relativo de duas variáveis, população e capital, para SPENCER (1979, cap. 17) ainda não existe um conjunto de princípios que poderia ser denominado como uma Teoria Geral do Crescimento Econômico. Dentre os fatores determinantes do crescimento, ele enumera a acumulação de capital, o qual está ligado aos investimentos.

Como o conceito de economia aborda o problema de administração de recursos escassos, e considerando o forte pressuposto da escassez de capital, o problema, ontem, hoje e sempre, do crescimento das empresas, parece se resumir na administração desse fator: o capital - sua captação e aplicação - de tal modo que dê geração a nova riqueza. A maneira como essa

riqueza é distribuída à população para o consumo de bens, e outra parte destinada à poupança, irá determinar as tendências e velocidade do crescimento econômico.

Atualmente, a preocupação maior de uma empresa não é apenas se manter no mercado, mas também se expandir, o que leva a se colocar em dúvida se a empresa procura maximizar seus lucros ou maximizar seu crescimento numa estrutura oligopolística de mercado (GUIMARÃES, 1987, p.11).

Em qualquer hipótese, no entanto, o fundamental torna-se a existência de capital. A decisão de captação de recursos próprios e/ou de terceiros, por sua vez, vai depender da natureza da aplicação, da capacidade de poupança interna, do poder de tomada de financiamento, e também da grandeza do risco envolvido.

Na atividade agrícola, todo esse processo parece ser bem mais complexo do que em outros setores da economia, dado que, além das imperfeições de mercado, a agricultura está sujeita ainda às intempéries.

MASY (1982), ao analisar o problema de capital social em cooperativas, concluiu que sem ele a cooperativa perde a autonomia e a independência. O mesmo autor também afirma que são muitos os casos, no Brasil, em que os Membros do Conselho de Administração precisam conceder aval aos empréstimos da cooperativa porque esta não tem recursos próprios, ou seja, o patrimônio líquido é insuficiente para cobrir os investimentos.

ROY (1964) afirma que o fator capital tem sido, é e sempre será o maior problema para as cooperativas, e em que pese

todas as pressões de ordem financeira sobre os cooperados, eles devem continuar tendo a maior responsabilidade na formação do capital de suas cooperativas.

PINHO (1981, 1984, vol.4 cap.2), ao analisar as cooperativas agrícolas do Brasil, verificou que de 1.739 cooperativas existentes em 1960, esse número foi reduzido para 1.160 em 1970 e 1.480 ao final de 1980. Essa redução foi explicada pelo processo agregativo através de fusões e incorporações; e por outro lado, devido às exigências competitivas do mercado, muitas cooperativas de pequeno porte foram extintas.

A despeito do declínio do número de cooperativas, observou-se crescente entrada de novos associados nas duas décadas, passando de 406.486 associados em 1960, para 1.718.145 ao final de 1980, o que demonstra o fortalecimento do setor.

Dados de 1986 revelaram que existiam no Brasil 1.246 cooperativas de produção ativas, congregando aproximadamente 1.379.965 cooperados (GUIA RURAL, 1988).

Isto significa que os problemas enfrentados pelas cooperativas continuam a existir. E um desses será objeto deste trabalho: a captação e aplicação de recursos financeiros. Este processo é tido como o principal determinante do crescimento do parque agroindustrial cooperativo, o qual, por sua vez, depende do esforço dos cooperados em realizar elevadas poupanças para sustentar os investimentos cooperativos (LAUSCHNER, 1984, vol.4, p.90).

Se por um lado existem cooperativas que fracassam ou que não conseguem se impor no mercado, por outro lado há um

elevado número de cooperativas bem sucedidas.

Conhecer a história e os mecanismos que levaram essas cooperativas ao sucesso empresarial é de fundamental importância, na tentativa de que, de alguma forma, sua atuação possa servir de exemplo às cooperativas em dificuldades.

A importância do processo de crescimento e desenvolvimento cooperativo está nos mecanismos menos perversos de capitalização, quando comparados aos capitalistas. Entre outros mecanismos, a captação de recursos mediante a retenção de capital sobre as operações comerciais dos cooperados (criação de Fundos, especialmente o de Reserva) constitui poderoso instrumento de melhor distribuição da renda. (LAUSCHNER, 1984, p.90). Dessa forma, a capitalização se processa com maior participação percentual dos grandes associados, ou seja, na proporção dos seus negócios. E quando esses recursos são aplicados, representam investimentos que beneficiarão a parcela dos pequenos produtores.

Outra consequência importante neste processo de captação e aplicação de recursos é o incremento da oferta agregada do País, possibilitando atender uma demanda crescente, além de elevar o nível de emprego, intensificando a utilização da capacidade instalada ou ampliando a capacidade produtiva.

Na realização deste trabalho, considerou-se também, o contexto em que se insere atualmente o cooperativismo no Brasil, com sua relevante participação na produção agrícola, tanto para a formação de divisas como para o abastecimento do mercado interno.

PINHO (1984, pp.64-7) destaca o Sudeste/Sul como a

região geoeconômica mais importante do País, representando quase 18% da sua área, 58% da população e concentrando 60% da renda nacional, sendo que a produção cooperativa assume relativa importância, principalmente na formação dos "cinturões verdes" dos grandes centros urbanos.

PERIUS (1984, vol.4, pp.117-82) mostra que, em termos econômicos, a participação das cooperativas atinge elevados percentuais na produção nacional, destacando-se a soja com 80%, o trigo com 90%, o leite com 52% (sendo que no "in natura" atinge a 72%), a lã com 90%, a carne com 51% e mais outros produtos.

Além desses aspectos, tem-se a pretensão de que estudos desta natureza venham a constituir-se em fator de estímulo à mudança de consciência de parcela dos homens associados às cooperativas. Incluem-se aqui os formuladores de suas políticas normativas, e aqueles que procuram movê-las na direção do modelo empresarial, na busca da autonomia econômico-financeira, para a partir daí buscar seus objetivos sociais.

Isto significa que estudos mais amplos não devem se limitar apenas ao capital social, mas devem abranger também os benefícios sociais esperados deste modelo de empresa. Neste trabalho, entretanto, a análise será limitada à captação interna de recursos necessários para a cooperativa cobrir suas imobilizações (aplicações fixas). Em outros termos, trata-se de estudo da capacidade de autofinanciamento cooperativista.

1.2. Estudo de Caso

Para estudar esse tipo de problema - captação e aplicação de recursos dos próprios associados cooperativistas na atividade agrícola - o exemplo utilizado é a Cooperativa Agrícola de Cotia/Cooperativa Central (CAC-CC), mediante a análise de como essa empresa nasceu, cresceu, continua se ampliando, bem como se processa a captação interna de recursos e sua aplicação.

BRADFORD (1972), ao analisar o desempenho dessa Cooperativa ao longo do tempo, considerou-a modelo para o mundo. Em razão de seu grande dinamismo, ao completar 50 anos de existência, em 1977, a CAC-CC foi colocada entre as 50 maiores empresas da América Latina e hoje se encontra classificada entre as 20 maiores do Brasil no setor agrícola.

Como empresa cooperativa bem sucedida, deve servir de exemplo a outras cooperativas que enfrentam o mesmo problema de captação e aplicação de recursos na busca da expansão e participação crescente nos mercados onde atuam.

Esta análise limita-se ao período de dez anos - 1978 a 1987, em função da uniformidade dos dados obtidos nas Demonstrações Financeiras submetidas anualmente pelo Conselho de Administração da CAC-CC à Assembléia Geral Ordinária dos associados para exame. Os documentos básicos utilizados referem-se à formação do capital por origens e as aplicações no ativo permanente, a partir dos quadros de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, apresentados nos Balanços Anuais da CAC-CC.

A principal fonte de dados utilizada sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia/Cooperativa Central é, portanto, constituída dos documentos constantes dos Relatórios do Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano do período de 1978 a 1987.

1.3. Objetivos

Geral: Com este estudo pretende-se analisar o processo de desenvolvimento e crescimento econômico cooperativo através da captação e aplicação de recursos financeiros próprios, ou seja, a capacidade de autofinanciamento cooperativista, tomando-se como exemplo o caso da CAC-CC (Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central).

Especificamente, pretende-se:

- a) Analisar o processo de captação interna de recursos próprios pela Cooperativa.
- b) Analisar as aplicações dos recursos captados internamente (os investimentos reais ou as imobilizações do ativo permanente).
- c) Analisar a capacidade de Autofinanciamento da Cooperativa, ou seja, a capacidade do seu capital próprio cobrir as aplicações fixas (os investimentos reais).

2. O Associativismo na captação interna e aplicação de recursos na atividade agrícola - Um breve histórico da CAC-CC.

2.1. Antecedentes - Por que surge uma Cooperativa?

Quando Zempati Ando foi convidado a escrever a história da CAC, em abril de 1957, pelo então diretor-gerente Sr. Kenkiti Simomoto, sua preocupação principal foi mostrar com realismo as causas do êxito do movimento cooperativista iniciado em 1927, por um grupo de 83 lavradores japoneses, residentes em Moinho Velho, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Por esta razão, este sub-item é baseado no seu livro *Pioneirismo e Cooperativismo - História da Cooperativa Agrícola de Cotia* (ANDO, 1961).

Desde o início da colonização do País até 1888, a sociedade brasileira esteve alicerçada numa economia latifundiária, de regime escravagista, e os principais produtos da agricultura, como a cana-de-açúcar, o café, o algodão e outros destinados à exportação, estavam em poder de grandes firmas comerciais.

Basicamente predominavam duas categorias de produtores - os grandes proprietários rurais, apoiados no trabalho es-

cravo e que geralmente detinham também as empresas comerciais, e os camponeses, com nível de vida muito baixo, esparsos em áreas afastadas, que se dedicavam à produção agrícola para consumo doméstico, contando basicamente com o trabalho de seus familiares

Em 1888, com a libertação dos escravos, agravara-se a escassez de mão-de-obra, principalmente para a lavoura do café, em São Paulo, onde essa cultura encontrava-se em plena expansão.

Se antes da Abolição, ante a carência de trabalhadores rurais já se iniciara a demanda por imigrantes europeus, após a Abolição cresceu rapidamente a procura de imigrantes.

Em 1908, quando teve início a imigração japonesa, já existiam no Brasil mais de dois milhões de estrangeiros, a maioria no Estado de São Paulo.

Os imigrantes, geralmente conhecidos como "colonos", percebiam salários na atividade agrícola, diferentemente da mão-de-obra escrava. Daí, o crescimento da procura de gêneros alimentícios e mercadorias diversas, exigindo maior produção. Na cidade de São Paulo, o aumento do consumo estimulou o desenvolvimento do comércio e da indústria; e no interior do Estado o progresso dos colonos, que passaram a sitiantes (agricultores independentes), provocou também a demanda de implementos agrícolas.

Com a crise do café, iniciada em 1896 e que provocou um estoque de 11 milhões de sacas em 1905, muitas fazendas não conseguiram pagar os salários de seus colonos, nem cumprir outros compromissos. Em consequência, muitas fazendas foram loteadas e vendidas a prestações anuais, o que facilitou o acesso à propriedade a colonos que haviam acumulado pequenas economias durante seu trabalho nas fazendas.

Por outro lado, com o capital dessas vendas, muitos fazendeiros investiram no comércio e na indústria.

Por volta de 1910, vencida a crise, mais imigrantes japoneses chegaram ao Brasil. Depois de dois ou três anos de trabalho em fazendas, algumas famílias chegavam a economizar um ou dois contos de réis - capital necessário para arrendamento ou compra de terra a prestação.

Em 1911 iniciava-se a primeira colônia japonesa, num loteamento promovido pelo Governo Federal, em São Paulo. De 1913 a 1914 surgiram mais duas colônias, sendo que uma delas situou-se em Moinho Velho, a 27 km a oeste da capital, no município de Cotia.

Nesta colônia inicia-se a história da CAC. Em 1915, já havia 30 famílias japonesas, e como tendência natural de compatriotas em país com tantas diferenças culturais, reuniram-se e formaram uma espécie de comunidade com a criação de uma Associação Japonesa. Seu primeiro empreendimento foi a construção de uma escola no centro da Vila.

Aquela época, os colonos já haviam iniciado o cultivo da batata nas proximidades de Moinho Velho. Mesmo sabendo dos bons resultados obtidos na lavoura com a aplicação de adubo, os japoneses ainda não tinham meios para obter com facilidade esse insumo.

Um matadouro instalado em Osasco, em 1915, colocou à venda resíduo animal como adubo. Mas somente em 1919 a Associação Japonesa adquiriu coletivamente um total de 3.346 sacas de resíduos - era o primeiro ato cooperativo dos japoneses no mu-

nício de Cotia.

Com a adubagem, as terras exauridas recuperaram a fertilidade e a produção aumentou consideravelmente. A difusão da notícia de que Cotia produzia boas batatas aumentou o número de lavradores nessa atividade, exigindo também maior quantidade de mão-de-obra.

Pela segunda vez foi necessária a intervenção da Associação - a escassez de mão-de-obra provocou uma natural elevação dos salários, resultante da competição entre os produtores - que terminou com a realização de um Acordo Coletivo com o fim de evitar a elevação desordenada dos salários.

Com o aumento da produção, outro problema surgiria depois, em decorrência do transporte de batatas para o mercado de Pinheiros, realizado no lombo de burro ou em carro-de-boi.

Maior dificuldade, entretanto, era a comercialização, devido à exploração dos produtores pelos comerciantes, tanto na medida como no peso (principalmente em razão dos japoneses não entenderem bem a língua portuguesa). E assim os intermediários conseguiam lucros exorbitantes enquanto os agricultores enfrentavam dificuldades.

Em 1923, mais uma vez, a Associação Japonesa ganhava outra causa de interesse coletivo ao sustentar a idéia da mudança do sistema de medida de volume por sistema de pesagem em quilos, evitando maiores perdas na comercialização da batata.

Com a produção de batata ainda crescente, tornou-se insuficiente o número de carros-de-boi existente na Vila Cotia. Isso fez subir o custo de transporte, chegando até ao equivalente a 30% do preço do produto.

Interveio novamente a Associação e estabeleceu-se mais um Acordo entre os produtores, fixando uma tabela de carretos e cotas, e foi providenciada a aquisição de aproximadamente 100 daqueles veículos, numa demonstração do espírito cooperativista já reinante entre os colonos de Cotia.

Outro problema surgia - naquele tempo, o plantio da batata era feito somente nos meses de fevereiro e agosto. Alguns produtores, com o objetivo de conseguirem melhores preços com colheitas antecipadas, plantavam em junho ou julho, enfrentando inclusive o risco da geada. Em consequência, a batata plantada no mês de agosto era facilmente atacada por germes patológicos, reduzindo a produtividade e a qualidade, além da possível baixa de preço.

Com a finalidade de evitar tais prejuízos, a partir de 1920 ficou assentado entre os produtores, através da Associação, que não se faria plantios em determinados meses do ano.

Novamente, o transporte em carroças e carros-de-boi foi se tornando ineficiente. Além disto, as batatas transportadas não cabiam no pequeno mercado coberto de zinco, existente no Bairro de Pinheiros, de modo que qualquer chuva prejudicava a qualidade do produto exposto ao relento e os comerciantes baixavam os preços.

Diante dessa situação, os produtores sentiram a necessidade premente de adquirir caminhões e um depósito em Pinheiros. Mas para introduzir caminhões eles teriam que melhorar a estrada, e entenderam também que um trabalho de tal monta não poderia ser executado por uma entidade como a Associação Japonesa. Era preciso uma organização mais forte - uma

cooperativa.

Em setembro de 1921, tendo por cooperados os membros da Associação, foram tomadas as seguintes deliberações: (a) formar, através de quotas, um capital de 36 contos de réis para a construção de um depósito e (b) melhorar a estrada com o trabalho de todos os sócios.

No entanto, antes de setembro terminar, uma geada inesperada destruiu os batatais. Assim desapareceu o entusiasmo em prol da formação de uma cooperativa. No ano seguinte o Governo do Estado transformou a velha estrada em rodovia para automóvel. Imediatamente três produtores adquiriram caminhões. E com esses avanços, o entusiasmo do movimento cooperativo foi esquecido.

Somente em 1924 voltou a idéia da Cooperativa, e a 19 de junho daquele ano, em Assembléia Geral, foi fundada a Cooperativa de Produção de Cotia Ltda. Mas, menos de um ano depois, não mais existia. Possivelmente por causa da prosperidade individual dos colonos japoneses, resultante da alta de preços da batata.

Nessa época (1925), Kenkiti Simomoto, um dos líderes dos jovens de Cotia, viajou para o Japão. Lá, o cooperativismo encontrava-se em pleno desenvolvimento, e um amigo de Simomoto era diretor-presidente de uma cooperativa de crédito da aldeia de Kaminokoyama, no município de Takaoka. Diariamente, ele visitava essa cooperativa e se informava com profundo interesse de tudo que dizia respeito à organização.

Em setembro de 1926, o Sr. Sack Miura, diretor do jornal "Nippak Shimbun" de São Paulo, visitou a Aldeia, e num

artigo intitulado "Elogio da Batata" ele deu ênfase à necessidade de uma cooperativa para evitar a exploração aos produtores. Era uma séria advertência para cerca de 100 famílias que ali viviam, numa terra onde antes só nascia "barba-de-bode", e onde todos chegaram sem nenhum capital, simplesmente como arrendatários.

Embora tivessem malogrado as diversas tentativas anteriores, o problema da criação de uma cooperativa já era sentido em muitos núcleos de colonização japonesa.

Quando Simomoto retornou ao Brasil, com os conhecimentos adquiridos sobre cooperativismo, buscou a colaboração dos amigos, e começou o movimento com firme propósito de fundar uma cooperativa. E como fruto desse trabalho, 10 produtores decidiram reunir um capital de 100 contos (10 quotas de 10 contos cada - quantia considerável naquela época) para a construção de um depósito. Esse fato serviu para despertar o interesse de outros produtores, e estimular o sentimento de fraternidade entre esses japoneses, numa terra estranha, reforçando ainda mais o movimento. Aliás, a maioria dos colonos era da província de Kochi, terra natal de Simomoto, de modo que num ambiente de harmonia surgiu a cooperativa.

Em 11 de dezembro de 1927 realizava-se a Assembléia Geral de Fundação da Cooperativa com a participação de 83 associados, capital de 290 contos e duração de 10 anos.

2.2. Dos anos iniciais ao período 1978-1987

Em Janeiro de 1928 a Cooperativa adquiriu, nas proximidades do mercado de Pinheiros, um terreno de 10.000 m², sendo que a metade do seu valor seria pago em dois anos. Foi quando recebeu do governo japonês uma subvenção de cem contos e quinhentos e quarenta e oito mil-réis, que deveria ser resgatada num prazo inferior a 10 anos caso a cooperativa viesse a ser dissolvida.

"Por extrema precaução, aplicou-se quase todo o capital na aquisição de imóveis". Naquela época eram áreas abandonadas, e hoje constituem o centro do bairro de Pinheiros, onde se localiza a sede da CAC-CC.

A crise econômica iniciada em 1929 abalou muito a cooperativa. Em 1930 seu balancete acusava o maior déficit da sociedade, não havia dinheiro em caixa, nem outros valores. Os seus diretores obtinham dinheiro penhorando bens particulares para saldar as dívidas. Com esse exemplo, conseguiram a adesão de mais 13 pessoas, formaram um fundo de 70 contos de réis, e assim a organização venceu a crise.

Vencida a crise, a preocupação voltou-se para a ampliação dos serviços a serem prestados. Não bastava a venda em comum; havia a necessidade de realizar as compras também em comum. No início a compra de adubo foi difícil em razão da escassez de capital. Institui-se então o "depósito compulsório" de 5% do valor das vendas de batatas para a formação do capital. Depois de dois anos a cooperativa saía da crise financeira apresentando saldo positivo ao fim do exercício social.

Com a promulgação da lei das cooperativas em 1932, a então "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S.A." passou à denominação de Cooperativa Agrícola de Cotia em 1933, e ampliou sua área de atuação para o município de São Paulo e circunvizinhos, assim como abriu também as portas para todos os lavradores indistintamente.

Em 1933, sem consultar a Assembléia Geral, Simomoto admitiu todos os horticultores da Cooperativa de Produção de Hortalças de Cotia, criando a Seção de Verduras. Recebeu severas críticas, ampliadas nos dois anos subsequentes em razão dos déficits verificados nas operações dessa seção.

Em 1935, aproximadamente 80% da produção de hortaliças nos arredores de São Paulo estava nas mãos dos japoneses. Com a entrada de novos associados a cooperativa se afirmava, e avançou suas vendas para os mercados do centro de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ainda em 1933 a CAC iniciava a importação de adubos. Em 1935 o Departamento de compras atendeu a 90% do consumo de seus cooperados à base das importações. Naquela época, o superfosfato de cálcio era vendido a 450 mil réis a tonelada. A cooperativa passou a vender a 300 mil réis. Daí os comerciantes propuseram um acordo de preços à CAC e ficou reconhecida a força da Cooperativa no mercado.

Nessa época a CAC instalou o primeiro serviço de utilidade social - um ambulatório e uma farmácia para assistência médico-hospitalar aos seus associados, e no ano seguinte

organizou um consultório dentário.

A CAC havia inaugurado a nova sede, mas seu desenvolvimento era acompanhado de crescente escassez de capital para serviços. Diante dessa situação, para evitar a tomada de capitais de terceiros, a CAC adotou o meio mais segura de capitalização - a criação de fundos (captação interna) mediante o aproveitamento das disponibilidades financeiras dos seus associados.

Já havia sido criado o depósito compulsório de 5% sobre as vendas. Posteriormente, criou-se a Secção de Crédito com os depósitos comuns, a Prazo Fixo, Especial e outros. Assim, em Assembléia Geral Extraordinária de setembro de 1936 foi aprovada a taxa de retenção de 2% sobre a venda dos produtos importados, destinando-a à quota de elevação de capital. Essa medida "tornou-se a base do segundo ciclo evolutivo da Cooperativa". Não foi tarefa fácil, mas o desenvolvimento sadio da CAC conquistou a confiança dos associados.

É importante frisar que nesse mesmo período existiam cerca de 30 cooperativas de produção em núcleos coloniais japoneses, sendo que a maioria acabou em crise administrativa, e segundo Ando, "uma das causas do malôgro residia na ausência de meios para fortalecer o capital próprio com recursos internos".

Outro importante aspecto operacional da CAC, apontado como causa do seu sucesso, é que desde o começo a Cooperativa adotou um "seguro sistema de venda dos produtos" - a Consignação. Ao contrário, em muitas cooperativas adotava-se o sistema de compra e venda da produção do associado, operação que não caracterizava o Ato Cooperativo nos termos da Lei 5.764 de 1971, além de

provocar prejuízos inesperados para uma das partes.

Até os dias atuais a CAC-CC adota o sistema de venda em consignação, utilizando o método de Contas em Comum - Pooling (UTUMI, 1984, vol.IV, cap. 2, pp. 67-76), com o objetivo de fazer a distribuição das sobras apuradas nas vendas de acordo com o padrão dos produtos entregues segundo a qualidade.

Em seu Relatório dos Serviços Sociais de 1977 a CAC-CC presta homenagem ao Sr. Kenkiti Simomoto, primeiro Diretor-Gerente eleito na Assembléia Geral de Fundação - cargo para o qual as eleições posteriores o reconduziram por 30 anos, até seu falecimento ocorrido em 25 de setembro de 1957. Para a CAC-CC, K. Simomoto "homem probo, de extraordinária fibra e inabalável confiança em seus ideais cooperativistas", foi o notável transformador da pequena Cooperativa de 83 cooperados e 290 contos de capital na modelar organização que é hoje a CAC-CC.

Segundo esse mesmo Relatório, o Sr. Simomoto sempre teve a mais absoluta consciência da elevada função social do Cooperativismo e sua "íntima dependência com a evolução da economia nacional". Em 1933 ele naturalizou-se cidadão brasileiro, depois de ter vivido 20 anos no Brasil. Após sua morte foi condecorado pelos governos do Japão e do Brasil, que lhe conferiram, respectivamente, a "ORDEM DO SOL NASCENTE BI-RADIADA - GRAU QUINTO", uma das mais elevadas distinções oferecidas a um cidadão brasileiro, e por Decreto de 10/06/ de 1958 a medalha de Prata da "ORDEM NACIONAL AO MÉRITO".

Em 1978 a CAC-CC foi considerada pela Universidade de Harvard (EUA) uma das maiores expressões mundiais em agricul-

tura e cooperativismo, convidando-a a participar de um encontro "como a mais representativa das cooperativas agrícolas dos países em desenvolvimento". Nesse mesmo ano a CAC-CC recebeu condecoração dos governos do Japão e do Estado de São Paulo.

Em 1979, a CAC-CC, através de seus Diretores, assim se expressou: "somos hoje, e orgulhamo-nos disso, uma das maiores empresas agrícolas do País". A base dessa filosofia empresarial está no empenho de sempre buscar o aprimoramento dos serviços prestados aos seus associados e na participação do esforço desenvolvido pelo Governo em prol da recuperação econômica nacional, inclusive no plano de comércio exterior.

No Relatório dos Serviços Sociais de 1980, a CAC-CC demonstrou os efeitos de sua filosofia empresarial, ao verificar um crescimento real de 16,4% no faturamento global, enquanto o País ostentava um índice de 8,5% de crescimento do PIB, com a inflação atingindo os três dígitos (110,2%). No entanto, a agricultura, estimulada pelo governo, respondeu aos incentivos e apresentou-se com "a maior safra dos últimos anos".

A CAC-CC ampliou e melhorou suas instalações, conforme critérios bem definidos e prioritários, simplificou procedimentos operacionais e administrativos, reduzindo custos. E de modo geral, tem a preocupação, não só com a política oficial, mas também com o fortalecimento da economia do cooperado, através de "cuidadosa e constante orientação técnica e administrativa".

Neste breve histórico da CAC-CC torna-se fundamental dar ênfase às principais aplicações fixas realizadas no período de 1978 a 1987, principalmente ao se constatar nos Relatórios do Conselho de Administração da Cooperativa expressões como "nossos investimentos se condicionam a capitalizações prévias e a um aproveitamento mais intenso de nossa capacidade instalada de prestação de serviços". No entanto, fica reservado ao capítulo 5, que trata dos Resultados e Discussão, a apresentação quantitativa da captação interna de recursos e desses investimentos.

Em 1977 a CAC-CC havia inaugurado a nova sede da Cooperativa em Jaguaré (SP). No ano seguinte foram construídos modernos armazéns na área de suprimento - conservação de sementes e insumos. Em Santa Catarina entraram em funcionamento máquinas e equipamentos de avançada tecnologia para limpeza, seleção e padronização de maçã, e nesse mesmo ano já eram esperadas as três Centrais de Padronização e Limpeza de Ovos em Arapongas (PR), Nova Esperança (PR) e Bastos (SP).

Em 1979 deu-se continuidade aos Programas de Assentamento Dirigido. Foram adquiridas máquinas colhedeiras de algodão e instalados moinhos para a produção de cafés finos.

Em São Joaquim (SC) foi instalado um Armazém Padronizador de Frutas com capacidade para 12 toneladas/hora. Em Sorocaba (SP) foi inaugurado um grande Armazém Padronizador de Batata com capacidade para 20.000 sacas e para lavagem de 4.000 sacas por dia. Também, nesse mesmo ano (1980) foram realizados investimentos em reaparelhagens de várias Unidades de Beneficiamento de Café em São Gotardo (MG) e em Monte Carmelo (MG), Diamante do

Norte e Uraí no Paraná e Pacaembú em São Paulo.

Outros investimentos vultosos foram feitos nas Usinas de Beneficiamento de Algodão e de Chá, sobretudo nas Fornalhas à produção a vapor, com fins de reduzir sensivelmente os custos industriais com a economia de óleo combustível. Foram instalados também Silos-Chateaubriand que serviram para ampliar a capacidade armazenadora de trigo e soja.

Ainda em 1980 os Programas de Assentamento tiveram suas infra-estruturas melhoradas e ampliadas. Em 1981 mais um Armazém Padronizador de Ovos foi instalado, somando-se 8 Unidades com capacidade para 144.000 caixas mensais. Promoveu-se também a expansão do Setor de Suínos - atividade que prometia bons resultados econômicos para os cooperados e contribuiu em muito para a diversificação da economia, principalmente a nível de propriedades rurais. Nesse mesmo ano os 18 Moinhos de Rações produziram 248 mil toneladas, abastecendo as granjas dos associados.

Os Programas de Assentamento Dirigido, já havia ocupado 92.000 hectares e mais de 100.000 hectares estavam programados, atingindo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso, enquanto o Sistema de Abastecimento atingia quase todo o País.

Em 1982, no Setor de Grãos, foi aumentada a capacidade da rede de armazéns e silos, com a adição de novas instalações com suporte para 61.700 toneladas, elevando para 265.418 toneladas a capacidade estática total da CAC-CC.

Em Mogi das Cruzes a Unidade Industrial Super-Termo entrava em ritmo normal de produção, e verificou-se um aumento de 19,8% no volume de fertilizantes distribuídos.

Nesse mesmo ano foram inauguradas as instalações do Programa de Paracatú (MG). Entre residências, escritórios, oficinas e outras dependências encontra-se um conjunto de Silos com capacidade para 16.500 toneladas. Ocorreu também a aquisição de uma área de 77 alqueires, situada em Taciba (SP), destinada à implantação de mais uma Estação Experimental.

Em 1983, seguindo uma política de contenção dos investimentos, as maiores aplicações foram com a Usina de Beneficiamento de Algodão de Bandeirantes e com a Unidade Industrial de Fertilizantes Super-Termo de Mogi das Cruzes - "setores que dispunham de efetivo potencial de crescimento" - com a produção de 30 mil t/ano de adubos fosfatados, e um programa de ampliação para atingir a capacidade de 100 mil toneladas por ano.

Segundo Relatório do Conselho de Administração da CAC-CC, a despeito da situação recessiva da economia nacional, a confiança depositada em seus cooperados levou a Cooperativa a realizar investimentos básicos em infra-estrutura de apoio e serviços (as imobilizações técnicas), com prioridades para aquelas áreas que se apresentavam mais viáveis, como a do algodão, a da soja, a dos fertilizantes, dos armazéns e do transporte.

Em seu Relatório de 1984 a CAC-CC faz referência, novamente, à política de contenção dos investimentos, quando as imobilizações somaram Cr\$ 32,4 bilhões, na maior parte destinados às ampliações das Unidades Beneficiadoras de Sementes, Silos e Armazéns, à produção de fertilizantes, infra-estrutura do algodão, industrialização da Batata "french fried", Centro Recebedor de produtos hortigranjeiros e áreas afins, ocorrendo também

imobilizações nas áreas de pesquisa.

Em 1985 a Cooperativa partiu mais firmemente para a Agroindústria. A Unidade de French-Fried entrava em funcionamento, assim como a Fábrica de Premix e a produção de Ovos Líquidos Pasteurizados aumentou consideravelmente. A Unidade Industrial de Aratú já iniciava a produção de mais fertilizantes.

Esse ano foi marcado também com a constituição da Cooperativa Agrícola de Cotia - Nordeste do Brasil, com reais possibilidades do aproveitamento da produção local na indústria da uva passa, de frutas secas em geral, de massas, sucos e conservas, inclusive com vistas ao mercado externo.

O aumento do volume da produção recebida dos seus cooperados determinou imediatas providências à Cooperativa, ainda no ano de 1985, que investiu em instalações de beneficiamento, a exemplo da área do algodão, que exigiu a contratação de mais 9 Usinas - 5 no Paraná e 4 no Estado de São Paulo. Exigiu também outros investimentos e condicionou melhorias nos sistemas de recebimento da produção, transferência e comercialização.

Esse comportamento demonstra serem os investimentos cooperativistas, no setor agrícola, determinados pela elevação da produção dos seus cooperados (a oferta) entre outros fatores, pois além da oferta da produção existe a demanda por bens e serviços, e outras necessidades sociais.

Em 1986 as aplicações fixas da CAC-CC demandaram recursos na ordem de Cz\$ 355,6 milhões, distribuídos entre aquisições de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, ampliações, reformas e construção de unidades industriais.

Com a demanda sob os efeitos do Plano Cruzado, a

CAC-CC deu impulso à instalação de "packing houses" (Centros de Recebimento e Padronização de Produtos), foi instalada mais uma Estação Experimental em Salto de Pirapora e implantado o Programa de Assentamento de Magé (RJ).

A rede de Entrepostos foi ampliada e a Cooperativa passou a atender diretamente a um "pool" de Hotéis, a empresas Aéreas e Marítimas, Hospitais e aos consumidores finais através de Centros de Abastecimento e de outros canais de distribuição.

Vale destacar o bom desempenho das Subsidiárias da CAC-CC, principalmente a Ricéia-Representação, Indústria e Comércio Ltda., a IRPASA-Indústrias Reunidas Paranaenses S/A, sendo que a primeira comercializa ovos, coco e outros produtos alimentares e a segunda opera na industrialização da soja e na fabricação de rações.

As exportações levaram também a Cooperativa a investir na instalação de câmaras frias para uvas, mangas e para a produção de papaya em Teixeira de Freitas na Bahia.

Apesar da super safra na agricultura em 1987, a Cooperativa recebeu uma produção 28,7% menor do que a do ano anterior, e isso levou a uma conseqüente queda do faturamento. Para receber essa produção, proveniente de 87 Unidades Regionais, a CAC-CC possuía em 1987 uma rede de 29 Silos e Armazéns Recebedores com capacidade para 544,6 mil toneladas, 3 Armazéns Padronizadores de Batata, 4 Usinas de Algodão, 18 Máquinas de Beneficiar Café, 10 Armazéns Padronizadores de Ovos, 2 Abatedouros de Aves, 1 Usina de Chá, uma de Rami, um Armazém Padronizador de Maçã, 5 Câmaras de Resfriamento e uma "Packing

house" para Verduras e Frutas, e mais uma rede de 34 Entrepósitos e 3 Centros de Abastecimento.

Vale ressaltar que nesse ano de 1987 a Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central, comemorou seu 60. Aniversário de Fundação, e de um trabalho consciencioso, pautado num contínuo crescimento e relevante participação na vida do País, como é possível se comprovar nos Relatórios Anuais do Conselho de Administração ou mesmo na observação empírica dos fatos.

Como pode-se constatar neste breve histórico, seus Dirigentes sempre tiveram a preocupação de realizar os investimentos da Cooperativa com recursos próprios, captados através de retenções sobre as operações dos seus cooperados - a constituição de reservas.

3. Revisão de Literatura

Dada a escassa bibliografia que trata especificamente do problema da captação interna e aplicação de recursos na atividade agrícola cooperativista, esta revisão apoia-se na exploração de um tema mais amplo: a acumulação e o processo de captação interna de capital.

3.1. O processo de captação interna

Neste sub-item procura-se evitar a revisão um tanto repetitiva dos precursores do pensamento cooperativo, "os socialistas utópicos", mas faz-se referência a alguns autores mais realistas, pela maneira como eles já defendiam a criação de fundos e reservas, sem desmerecer a importância da contribuição de todos precursores na formulação do pensamento e da doutrina cooperativa.

¹
Boettcher, citado por PINHO (1982, vol.I), um dos principais autores da Teoria de Munster, considera que somente com os princípios rochdaleanos nunca será possível organizar cooperativas superiores às empresas privadas. Segundo ele, o mo-

(1) BOETTCHER, E. "El Desarrollo de la Teoria de la Cooperación y los Elementos Fundamentales de la Teoria de Munster" Revista de la Cooperación, Federación Argentina de Cooperativas de Consumo Ltda., n. 198, fev/1980, pp. 37-54.

delo rochdaleano, que é o mais difundido no Brasil, "tem causado e continua causando grande dano" aos empreendimentos cooperativos (PINHO, 1982).

Ainda segundo PINHO (1982), na realidade, o que se observa frequentemente é o cooperativismo perder seu conteúdo doutrinário ao se expandir em países de diferentes regimes econômicos. De modo geral, pode-se dizer que nos países socialistas, as cooperativas têm de se enquadrar às exigências dos planos centrais, enquanto que nos países capitalistas precisam adaptar-se às imposições do mercado competitivo e/ou às políticas econômicas de seus governos.

De certo que esses críticos do mito rochdaleano se basearam em evidências empíricas, e parece inegável o sucesso de cooperativas que atuam no modelo empresarial, que pode ser denominado de modelo "não-rochdaleano".

O fortalecimento desse modelo empresarial tem se dado com mais ênfase, em conjunto com os processos de fusão e incorporação de Empresas Cooperativas entre si ou com Empresas não-cooperativas (PINHO, 1977a e MAGALHÃES, 1982), buscando uma série de vantagens (PINHO, 1977b e 1984), entre as quais destacamos: (a) a economia de escala, (b) independência da empresa em relação ao seu meio, frente às pressões dos concorrentes e às do próprio Estado, (c) facilidade de obtenção de crédito, (d) melhor conhecimento dos mercados, (e) continuidade do fluxo de matérias-primas e (f) redução do impacto das mudanças macroeconômicas.

Apesar do moderno cooperativismo de caráter econômico encontrar-se longe dos fundamentos doutrinários dos

pensadores utópicos, existiam entre esses autores muitos pontos em comum, suficientes para imprimir ao movimento cooperativo as características de um sistema de acumulação de capital.

Um desses pontos é o aspecto da criação de fundos coletivos (somados de várias cooperativas), que serviriam para o desenvolvimento futuro do movimento (GAYOTTO, 1975).

Dentre os precursores, apesar de Robert Owen ser considerado o "pai do cooperativismo", parece ter sido o Dr. William King (1786-1865) o que mais se aproximou da moderna concepção da empresa cooperativa. Isto talvez pela própria experiência negativa que ele teve com a criação de cooperativas de consumo.

King não acertou na escolha adequada de regras práticas, necessárias ao funcionamento de uma empresa cooperativa - essas sociedades tinham um número limitado de associados que não representavam, economicamente, capital suficiente para sua prosperidade. Esse capital, além de insuficiente, não era remunerado e os excedentes (as sobras) não eram distribuídos entre os "sócios-fregueses".

Mais tarde, King afirmava que não era a falta de forças nem a falta de meios que impedia o trabalhador de progredir e emancipar-se, mas sim, a falta de compreensão do papel da cooperativa e do esforço para economizar por si mesmo o capital necessário ao bom desenvolvimento da sociedade.

A cooperativa tornaria possível a conservação dos "lucros" que se perdem no comércio de mercadorias. O "excedente" realizado nos armazéns de consumo seria empregado na acumulação

de fundos que serviriam para o desenvolvimento da empresa comum.

Outro precursor que distingui-se pela sua visão empresarial é Philippe Buchez (1796-1865). Buchez partiu da idéia de que a classe operária deve vencer por si mesma, sem a intervenção do Estado ou de Filántropos (GAYOTTO, 1975). Para ele, os trabalhadores associados deveriam levar à cooperativa os meios de trabalho que possuem, assim como as pequenas economias (poupança), e com o passar do tempo, o capital da sociedade aumentaria em função da acumulação dos excedentes realizados.

Dessa época surgiu a constituição de fundos indissolúveis (capital inalienável) formados pela retenção de parte do excedente líquido da cooperativa, com objetivos bem amplos em termos de futuro (voltados inclusive para a segurança das novas gerações e para as transformações sociais).

Esta mesma idéia de acumular fundos indissolúveis que permitiam formar capitais cada vez mais importantes, foi retomada por Louis Blanc e por Raiffeisen (GAYOTTO, 1975).

LAUSCHNER (1984, pp.76-84), em trabalho realizado em 1977 sobre a agroindústria cooperativa no mundo, fez referência às diferentes formas de capitalização em cooperativas. Inicialmente a capitalização se dá via admissão de associados, através da subscrição de quotas-partes de capital, geralmente proporcional à renda de cada cooperado, integralizado no mesmo ano ou ao longo de determinado período.

Outra forma de captação de recursos próprios é a apropriação das sobras líquidas de cada exercício social, ou seja, a não distribuição do resultado líquido operacional, de acordo com decisão da Assembléia Geral.

Talvez a maneira mais significativa no processo de capitalização em cooperativas seja aquela realizada mediante a criação de fundos ou reservas, sustentados pela retenção de um percentual sobre o volume dos negócios de cada associado.

No Brasil a Lei 5.764, no seu artigo 28, regulamenta e exige a criação de Fundos e Reservas para se reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.

A mesma Lei dá poderes à Assembléia Geral para criar outros fundos, inclusive os rotativos, por tempo determinado e aplicação especificada (MAGALHÃES, 1975).

Lauschner comenta ainda outras formas, como a capitalização mediante tomada de empréstimos, inclusive externos, e a capitalização por via fiscal, mediante devolução de parte do imposto recolhido sobre a circulação de mercadorias. Estes, todavia, não são processos de captação interna.

3.2. As Aplicações Fixas (investimentos)

O processo econômico de acumulação de capital é realizado através da "canalização de uma parcela do esforço produtivo à obtenção de novos bens de produção" - a poupança - e esta mesma parcela, quando investida, torna-se a principal fonte da acumulação e do próprio processo de crescimento econômico.

Segundo ROSSETTI (1984), os povos que pouparam, ao longo de sua formação histórica e econômica, em torno de 20% do seu esforço produtivo, desfrutam dos benefícios dos impulsos econômicos decorrentes. Por outro lado, no caso de povos que pouparam menos que 5%, suas nações continuam estagnadas.

Para o mesmo autor, o esforço interno de poupança, espontâneo ou compulsório, tem-se constituído no caminho mais seguro de capitalização das economias em crescimento.

A partir do momento em que a empresa é definida como um locus de acumulação de capital, o crescimento e os lucros "aparecem como objetivos complementares", pois se os lucros são necessários para o crescimento, este é necessário para a manutenção e/ou aumento dos lucros (GUIMARÃES, 1987).

Por outro lado, a continuidade da empresa e sua capacidade de gerar lucros depende de sua posição na indústria, que por sua vez, vai depender da taxa de seu crescimento (GUIMARÃES, 1987).

2

Segundo Penrose, citado por GUIMARÃES (1987, p.171), se o lucro é uma condição para o crescimento, obtido em benefício da própria firma, ou seja, para ser reinvestido e não para ser distribuído aos seus proprietários, então, "do ponto de vista da política de investimento, crescimento e lucro tornam-se equivalentes como critério para seleção de programas de investimento".

O crescimento a longo prazo, dos lucros, dos ativos e das vendas, são objetivos simultâneos e complementares, sendo que a captação interna não é a única fonte de recursos que a empresa dispõe para investir. No entanto, existe um limite para o nível de endividamento da empresa - que vai depender tanto da política interna e da sua aversão ao risco, como das exigências do mercado de capitais.

(2) PENROSE, E.T. The theory of the growth of the firm. Oxford, Basil Blackwell, 1972, p.30; os grifos são do original.

Esse limite reflete-se em uma taxa máxima de endividamento, a qual vai depender da relação entre o capital próprio da empresa e o montante de capitais de terceiros requeridos para os investimentos (GUIMARÃES, 1987, pp. 25-27).

A captação interna da empresa - lucros retidos, mais o montante da depreciação e fundos - e mais o montante de capitais de terceiros que ela pode absorver, definem o seu potencial de crescimento durante um período.

Guimarães considera que a empresa, ao fazer a captação interna de recursos, não tem outro objetivo senão financiar os investimentos e consequentemente o seu próprio crescimento.

Se o problema colocado para a firma é encontrar aplicações para esses recursos, de modo que venham a contribuir para seu crescimento e o aumento de seus lucros, para a empresa cooperativa esse processo deve ser invertido, ou seja, planejam-se os investimentos (aplicações em função das necessidades de atendimento aos cooperados), para em seguida buscar ou planejar a captação de recursos.

Da mesma forma, se a decisão da empresa investir é fundamentada na taxa esperada do crescimento da demanda e na taxa interna de retorno do novo investimento, para a empresa cooperativa, seus investimentos visam muito mais a atender a demanda dos seus associados, podendo-se inclusive formular a hipótese de que seus investimentos são função dessa demanda.

Quando cresce a demanda por bens e serviços, significa que os cooperados estão fazendo novos investimentos, e consequentemente os investimentos da cooperativa agrícola devem

ser uma extensão dos investimentos individuais de cada propriedade agrícola (ANJOS, 1968).

Sendo a taxa interna de retorno um critério muito forte no momento de decidir se investirá ou não, a empresa poderá abster-se de realizar qualquer inversão quando essa taxa de retorno for desvantajosa.

GUIMARÃES (1987, p.30) defende a idéia de que a empresa, diante de uma demanda crescente e da necessidade de manter sua participação no mercado, não deixará de investir mesmo a uma taxa de retorno desvantajosa, e formulou a hipótese de que o limite de expansão da firma é dado pelo crescimento da demanda.

Essa hipótese também pode ser levantada para justificar os investimentos da cooperativa para atender à demanda de seus associados.

Ao enfocar esses aspectos, fica demonstrada a validade da acumulação de capital (seu processo de captação e aplicação), reconhecida desde o início do cooperativismo por alguns dos precursores, no seio da economia capitalista.

Mesmo nos dias atuais, os críticos desse processo reconhecem que ele é necessário para as cooperativas inseridas no contexto da economia brasileira (FLEURY, 1983; LOUREIRO, 1981).

Na realidade, existe uma relação muito estreita entre "lucros" e acumulação como processo de investimento (emprego de capital fixo, matérias-primas, estoques de materiais, mão-de-obra etc) que sempre foi defendida pelos economistas clássicos, na certeza de que o lucro é, ao mesmo tempo, a

principal fonte de financiamento dos investimentos e o estímulo à própria acumulação (LABINI, 1980).

Labini faz referência à grande empresa isolada e constituída na forma de S.A.-Sociedade Anônima. Ele considerou os investimentos brutos, ano a ano, justificando que em uma economia onde o progresso técnico é incessante, as reposições permitem, não só manter, mas normalmente, também aumentar a capacidade produtiva da firma. Sendo assim, a distinção exata entre reposição e investimento líquido, a rigor, torna-se impossível.

Labini considerou também os lucros líquidos (depois do imposto)³ somados às reposições.

É importante, também, dentro deste modelo de Labini, a distinção entre investimentos reais (Ir) e investimentos ou aplicações financeiras. Os primeiros são entendidos como instalações, máquinas, instrumentos e estoques e, os segundos, como "créditos"⁴ aos distribuidores e aos consumidores, "créditos" de empresas associadas e dependentes, ações, depósitos bancários e moeda.

Enquanto os primeiros geram aumento da capacidade produtiva, os últimos atendem a diversas funções, tais como

(3) Neste trabalho, como se trata de uma empresa cooperativa, não existe a figura do imposto de renda sobre as sobras originadas das operações com seus associados. A elas serão somadas as Retenções (ou seja, Aumento líquido nas reservas decorrentes das operações, Aumento no fundo de atividades de cooperados e mais Aumento no resultado de exercícios futuros), Depreciações e Variações monetárias do exigível a longo prazo, sendo que, essas duas contas se caracterizam como Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante. Vale ressaltar que a fonte desses valores será a peça contábil - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - e o montante deste capital será denominado de "captação interna".

aumentar a segurança da empresa e aumentar a capacidade de ganho, somando-se àquela diretamente dependente da produção, além de facilitar a obtenção de financiamentos para investimentos reais.

A empresa dá preferência a autofinanciar os seus investimentos reais, através de seus lucros correntes, sempre que esses investimentos implicarem maiores custos e maiores riscos se financiados com recursos externos.

A emissão de novas ações da empresa S.A. também implica em maiores custos e riscos do que o autofinanciamento, isso porque as imperfeições do mercado financeiro, as despesas com intermediários e os riscos das expansões tornam-se relevantes.

Para financiar os investimentos reais, a empresa deve recorrer às fontes externas somente quando se esgotarem as internas. A decisão de realizar investimentos reais é determinada pela taxa esperada de lucro e a demanda esperada, que por sua vez vai depender da demanda agregada da economia como um todo e dos esforços que a empresa pode realizar para aumentar as vendas em seus mercados de atuação (LABINI, 1980).

Para determinar a capacidade de autofinanciamento LABINI utiliza a expressão:

$$I_r - A = E_r$$

onde, I_r representa os investimentos reais, A equivale ao autofi-

(4) "Créditos" - termo expresso do lado dos tomadores de adiantamentos. Para a empresa representa seus direitos, estando do lado do Ativo como "Débitos". Equivalem ao Ativo Total menos o Ativo Permanente somado aos estoques, os quais em cooperativas não devem ser considerados como investimentos pois pertencem aos cooperados.

nanciamento (o montante de capital acumulado internamente) e E_r representa a quantidade residual.

Se A for maior do que a necessidade de financiamento dos investimentos reais, a empresa autofinancia seus investimentos e ainda poderá aumentar o montante das distribuições (dividendos) ou realizar outras aplicações.

Se A for menor do que a necessidade de financiamento, a empresa deverá recorrer à captação de recursos externos, e nesse caso a empresa do tipo sociedade anônima enfrenta limitações com o grau de endividamento e com o lançamento de mais ações no mercado.

Para Labini, a quantidade residual (E_r) é geralmente positiva, significando a necessidade de captação de recursos externos. Será nula se os lucros cobrirem os investimentos e negativa quando parte dos recursos próprios captados internamente puder ser usada em outras aplicações financeiras.

Se os lucros condicionam os investimentos, eles são também os incentivos necessários, ou seja, os investimentos são financiados direta ou indiretamente pelos lucros atuais, mas são decididos em função dos lucros esperados no futuro.

Para Guimarães, conforme discutido anteriormente, essa decisão poderá ser feita, no curto prazo, em função do crescimento da demanda.

Para as cooperativas agrícolas, os investimentos devem ser determinados em função da demanda dos seus Associados, ou seja, a capacidade de recebimento da produção (a oferta dos agricultores cooperados), capacidade de armazenar, beneficiar e

comercializar os diversos produtos, tanto nas vendas em comum como na distribuição de insumos.

Para atender a essa demanda, os investimentos de expansão, forçosamente conduzem vários setores da cooperativa à economia de escala, podendo inclusive favorecer a diversificação na comercialização dos produtos, conduzindo, por conseguinte, à economia de escopo, ou seja, quando "diferentes produtos podem exigir praticamente o mesmo investimento fixo" (BRANDT, 1986, pp. 6-7; BRANDT, 1987 e Cruz Filho et alli, citado por BRANDT, 1986).⁵

Se existir capacidade produtiva ociosa, ou se a capacidade instalada para atender a demanda dos cooperados por bens e serviços estiver ociosa, não haverá necessidade de novos investimentos reais. Neste caso os recursos internos poderão ser destinados a adiantamentos aos cooperados, objetivando intensificar a utilização da capacidade produtiva existente na propriedade rural de cada sócio, desde que a atividade seja rentável. A partir daí, espera-se uma conseqüente elevação da produção, que por sua vez pode conduzir a cooperativa a operar a plena utilização da capacidade instalada.

ANJOS (1968) afirma que o tamanho ótimo da cooperativa é determinado pelo número e pelo tamanho das empresas rurais dos seus associados, sendo comum ocorrerem variações devidas a ajustamentos em relação à produção total - a oferta dos agricultores cooperados. Isto significa que os investimentos são influenciados pelo potencial de recebimento da produção, assim

(5) CRUZ FILHO, H. et alli. Economia da Comercialização cooperativa: estimativa de uma função de custo multiproduto. II Congresso Brasileiro de Marketing Rural. Lavras, ESAL/ABMR, Resumos..., 1985, pp. 22-4.

como pelo potencial de distribuição de insumos e bens de consumo.

A cooperativa trabalha no sentido de elevar a oferta individual do produtor associado e, conseqüentemente, a oferta total. Esta influenciará positivamente os investimentos para atender a demanda por serviços de comercialização, armazenamento, transporte, tecnologia e outros serviços.

4. MATERIAL E MÉTODO

4.1. Material

Os dados básicos utilizados no estudo de caso foram extraídos de uma série de Relatórios Anuais da Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central (CAC-CC, 1978/1987) e de Revistas Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 1978/1988).

A respeito da CAC-CC, especificamente, preferiu-se analisar os dados constantes dos Relatórios anuais que o Conselho de Administração apresentou à Assembléia Geral Ordinária dos Associados, no período de 1978 a 1987, devido à sua uniformidade, o que permite comparação.

O exame desses Relatórios concentrou-se no Balanço Patrimonial do mês de dezembro, na Demonstração de Resultados e na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o Exercício findo em 31 de dezembro de cada ano considerado no referido período de 1978 a 1987.

Os dados da Conjuntura Econômica (FGV, 1988) possibilitaram a comparação de alguns aspectos do comportamento econômico da CAC-CC com empresas-não-cooperativas do setor privado.

Os estudos sobre captação interna e aplicação de recursos basearam-se na literatura básica sobre cooperativismo e sobre crescimento econômico, conforme explicitado no capítulo 3 - Revisão de Literatura.

Com base nesse material foram selecionadas as variáveis a seguir indicadas.

4.1.1. Variáveis selecionadas

a) Captação interna de recursos

Esta variável constitui-se em um dos objetos deste trabalho e representa o montante líquido de recursos financeiros captados internamente na Cooperativa em um mesmo ano. Seus valores foram obtidos do quadro de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, tendo como componentes os seguintes itens: Resultado do Exercício Anterior, Aumento de Capital, Aumento no Fundo de Atividades de Cooperados, Aumento Líquido nas Reservas Decorrentes das Operações, Aumento no Resultado de Exercícios Futuros e mais Depreciações e Variações Monetárias do Exigível a Longo Prazo, que caracterizam-se como Despesas (receitas) ⁶ que não afetam o capital circulante.

(6) Neste trabalho o Resultado da Correção Monetária ou Variações Monetárias foram consideradas ganhos e/ou perdas para a empresa Cooperativa. Esses valores se referem às Variações monetárias do exigível a longo prazo expressos nas Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (ver MATARAZZO, 1985, vol. 2, cap. 15, 16 e 17).

b) Aplicações fixas de recursos

Constituem-se das Imobilizações (principal componente do Ativo Permanente da CAC-CC que representa, conjuntamente com a captação, outra variável fundamental nesta análise) - aquisição de imóveis, bens de produção, bens de transporte, bens em execução e bens de uso administrativo; do Ativo Diferido que representa gastos efetivamente realizados que irão beneficiar vários períodos futuros, conforme CHINEN (1986), e das aplicações financeiras em outras empresas. Dados também levantados do quadro de Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

c) Vendas

Valores obtidos pelo faturamento total da Cooperativa, e representam a demanda dos cooperados por bens e serviços, assim como a oferta desses mesmos cooperados (a produção comercializada pela empresa) e mais a agregação de receitas classificadas como serviços auxiliares.

d) Receitas líquidas

Valores obtidos a partir do faturamento global descontados os custos das mercadorias, ou seja, estas receitas são geradas pela incidência de uma taxa de administração sobre as compras e vendas em comum com o objetivo de cobrir os custos (ou despesas) operacionais e administrativos da Cooperativa, presentes no quadro de Demonstração do Resultado do Exercício Findo para cada ano da série.

e) Sobras líquidas

São os valores colocados à disposição da Assembléia Geral Ordinária com a finalidade dos associados decidirem sua destinação, e são originados a partir das receitas líquidas depois de descontadas as despesas. Isto significa que quando a taxa de administração é superestimada deverá ocorrer uma elevada sobra no final do exercício, e quando essa taxa é subestimada as receitas não serão suficientes para cobrir as despesas e logicamente não haverá geração de sobras líquidas, mas sim de perdas.

f) Despesas operacionais

São as despesas realizadas pela empresa para cobrir custos operacionais e/ou administrativos, calculadas pela diferença entre as receitas líquidas menos as sobras líquidas de cada exercício. Isto significa também que além das despesas operacionais e administrativas estão agregadas as despesas financeiras e os resultados com as operações com terceiros.

4.2. Método

Os valores correntes em cruzados foram corrigidos para valores constantes de dezembro de 1985, devido aos valores contidos nos Balanços e demais demonstrações financeiras referirem-se sempre a 31 de dezembro de cada ano, inclusive os saldos das correções monetárias.

Para estimar a Evolução dos Componentes de Captação Interna de Recursos foram utilizados números-índices, tomando-se como base igual a 100 o ano de 1980.

A Taxa de Captação Interna da CAC-CC foi calculada através da divisão do montante anual de captação pelo faturamento

global e a multiplicação desse resultado por 100.

A Taxa de Administração foi calculada sob dois enfoques: (1) a Taxa Bruta, pela divisão das receitas líquidas pelas vendas (faturamento total) com o resultado multiplicado por 100; e (2) a Taxa real de Administração, calculada com base nas despesas reais (ou seja, receitas líquidas menos as sobras líquidas) divididas pelas vendas e o resultado multiplicado por 100.

O crescimento das Imobilizações da CAC-CC foi estimado também através de números-índices. Dos valores aplicados nas Imobilizações ano a ano, foram descontados os valores das Vendas de Bens também ano a ano e as Imobilizações líquidas foram acumuladas, como na realidade ocorre com as contas do Ativo Permanente.

A Capacidade de Autofinanciamento da CAC-CC foi estimada pela diferença entre os montantes de captação interna e das aplicações fixas ano a ano.

Quando a diferença (Excedente) entre a captação e a aplicação é positiva, significa que há um excedente de poupança interna e a existência de capital de giro próprio na cooperativa.

Este trabalho poderia ser concluído com a apresentação desses dados e sua análise. Todavia, julgou-se interessante completar esta análise com a comparação de alguns índices da CAC-CC com os setores de iniciativa privada, visando não só entender o processo de desenvolvimento da Cooperativa, mas também seu comportamento no conjunto das empresas do setor econômico privado. Além disto, a comparação possibilita verificar a eficiência econômico-financeira da Cooperativa relativamente à captação interna de recursos e às aplicações fixas.

4.2.1. índices comparativos

Utilizou-se os dados do Balanço das Mil Sociedades por Ações, contidos na Revista Conjuntura Econômica de março de 1988 (FGV), para o período de 1980 a 1986.

Tomou-se como base os indicadores analisados para a CAC-CC, como a taxa de captação interna de recursos ("lucro" líquido retido), a taxa de administração (despesas operacionais), o índice de crescimento das vendas, o índice de crescimento das imobilizações e mais o grau de imobilização técnica do Patrimônio Líquido.

Além dos índices das 1.000 Sociedades por Ações no seu agregado, foram comparados também os índices com 38 Empresas do setor agrícola e com 743 Empresas do setor industrial.

Não se pretende neste trabalho preconizar a CAC-CC como padrão para as cooperativas agrícolas, mas apenas, ao comparar esses indicadores, verificar a eficiência do sistema cooperativo da CAC-CC e demonstrar também que esta Cooperativa não deve ser encarada simplesmente como uma empresa mercantil qualquer.

Isto posto, não se trata aqui de defender o modelo operacional da CAC-CC, mas de valorizar seu conteúdo cooperativo e até mesmo destacá-la como exemplo de capacidade de autofinanciamento para o sistema cooperativista do Brasil, como aliás tem feito diversos autores.

a) A Taxa de Captação Interna para o setor privado foi calculada dividindo-se o lucro líquido retido pela receita operacional líquida (vendas) somada às outras receitas operacio-

nais, mais o resultado não-operacional e mais o resultado da correção monetária, multiplicando-se o resultado por 100. A soma das receitas foi considerada como o faturamento global do setor privado.

b) A Taxa de Administração ou taxa de despesas operacionais foi calculada dividindo-se as despesas operacionais pela receita operacional líquida somada às outras receitas operacionais e o resultado multiplicado por 100.

c) O índice de Crescimento das Vendas foi calculado com base nos valores das receitas operacionais líquidas (consideradas também como vendas pela Revista Conjuntura Econômica).

Para a CAC-CC as vendas referem-se ao faturamento total, resultado das operações de compras e vendas em comum e mais as receitas com serviços auxiliares.

d) O índice de Crescimento das Imobilizações foi calculado tomando-se somente os valores do item Ativo Imobilizado Líquido para o setor privado. Da mesma forma foi calculado para a CAC-CC - as imobilizações descontadas as vendas de bens do ativo permanente.

e) Grau de Imobilização Técnica do Patrimônio Líquido - Obtido através da divisão do Ativo Permanente pelo Patrimônio Líquido. Um alto Grau de Imobilização do Capital Próprio

reduz drasticamente a Liquidez, significando também menor volume de Capital Próprio no Giro, e isto refletiria em um índice próximo de 1; se maior que 1, já comprometeria o Grau de Endividamento da empresa, ou seja, o patrimônio líquido não cobriria o ativo permanente da empresa (SANTOS, 1983).

Para IUDICIBUS (1984) este índice não deveria nunca se aproximar de 1,00 e muito menos superar este valor.

5. Resultados e Discussão

Neste capítulo são discutidos a captação interna e aplicações de recursos próprios da CAC-CC - o processo, a taxa e alguns índices econômico-financeiros são comparados com os de outros setores com o objetivo de melhor entender o processo e sua eficiência.

5.1. A Captação Interna

Na Tabela 1 estão apresentadas as fontes de captação interna de recursos próprios da CAC-CC, destacando-se como a mais importante o processo de Retenção para Aumento das Reservas sobre Operações dos Cooperados, que representou 43,43% do total da captação acumulada no período em estudo.

O item Aumento de Capital Social contribuiu com 21,55% e as Sobras Líquidas Retidas com 18,66%. Apesar da quarta fonte de recursos (em importância) ser representada pela Depreciação mais as Variações Monetárias, na Tabela 2 pode-se observar que este item apresentou o maior crescimento no período. Este fato é explicado pelos saldos positivos da correção monetária do Exigível a Longo Prazo, apurados a partir de 1984.

Tabela 1 - Componentes de captação interna de recursos da CAC-CC no período de 1978/87
(Valores em Cz\$ 1.000,00 constantes de dezembro de 1985)

Anos	Sobras retidas	Aumento de capital	Aumento de Fundos	Aumento de Reservas	Resultados Futuros	Deprec. + Var. Monet.	Total
1978	54.309,5	36.347,3	-	39.037,6	5.921,1	5.306,0	140.921,5
1979	46.023,5	30.505,6	-	108.095,0	5.373,3	9.314,6	199.312,0
1980	55.164,4	37.956,3	-	161.264,7	2.759,4	7.877,8	265.022,5
1981	31.462,9	38.158,8	4.324,6	93.294,7	2.599,9	8.930,6	178.771,4
1982	22.728,9	48.287,7	3.360,0	59.659,6	4.598,6	6.190,9	145.737,0
1983	30.923,9	64.198,2	3.761,2	125.213,2	3.352,2	4.283,4	231.732,2
1984	49.325,6	47.731,9	2.103,6	81.270,1	2.104,7	72.276,8	254.812,6
1985	52.001,0	51.304,5	2.021,9	56.984,1	11.948,2	58.767,8	233.027,5
1986	42.338,9	69.180,7	4.197,2	123.947,1	-	46.433,6	284.877,5
1987	32.823,8	58.113,3	1.372,0	122.188,1	1.725,9	85.264,4	301.487,6
Total	417.102,4	481.784,3	21.140,5	970.954,2	40.383,3	304.645,9	2.235.701,8
%	18,66	21,55	0,94	43,43	1,81	13,63	100,00

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

Tabela 2 - Evolução dos componentes de captação interna da CAC-CC no período de 1978 a 1987 (Índice com base 100 em 1980)

Componentes:	A N O S									
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Sobras retidas	98,4	83,4	100,0	57,0	41,2	56,1	89,4	94,3	76,8	59,5
Aumento/Capital	95,8	80,4	100,0	100,5	127,2	169,1	125,8	135,2	182,3	153,1
Aumento/Fundos	-	-	-	100,0*	77,7*	87,0*	48,6*	46,8*	97,0*	31,7*
Aumento/Reservas	24,2	67,0	100,0	57,8	37,0	77,6	50,4	35,3	76,8	75,8
Resul. Exer. Futuros	214,6	194,7	100,0	94,2	166,6	121,5	76,3	433,0	-	62,5
Depreciação mais										
Variações da C.M.	67,4	118,2	100,0	113,4	78,6	54,4	917,5	746,0	589,4	1082,3
Total	53,2	75,2	100,0	67,4	55,0	87,4	96,1	87,9	107,5	113,8

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

(Dados trabalhados - Tabela 1)

* Índice não comparável com os demais por diferença do ano base.

Ainda na Tabela 2 pode-se observar um decréscimo nos índices das Sobras Retidas, dos Fundos, das Reservas (a partir de 1980) e das Provisões de Resultados de Exercícios Futuros. Este último item apresenta-se com significativo aumento em 1985 (333,0%), mas em 1986 essa captação deixou de existir e em 1987 representou somente 62,5% do montante de capital provisionado no ano base de 1980.

De uma maneira geral observa-se na Figura 1 que o montante de captação de recursos tem crescido ao longo do tempo considerando que em 1978 o índice era de 53,2 - correspondendo em termos de valor em cruzado ao mais baixo volume de recursos acumulados anualmente na série em estudo - e no final de 1987 apresenta-se com 113,8. Se analisado a partir do ano base (1980) essa tendência de alta parece não ser tão expressiva.

Figura 1 - Evolução dos principais componentes da captação interna da CAC-CC no período de 1978 a 1987 (Base 1980 = 100)

Fonte: Tabela 2

Dentre esses principais componentes de captação destacam-se o Aumento de Capital Social, pela sua tendência positiva mais firme, e as Depreciações mais as variações monetárias a partir de 1984.

O que tanto se discute no cooperativismo é esta captação, principalmente, ao se assumir o "mito" de que o sistema não visa lucro. Mas sob qualquer hipótese, torna-se interessante a verificação da taxa desse "lucro", no sentido de se avaliar sua aplicação e até que ponto pode-se considerar como sendo um pesado encargo para seus associados, quando comparada a outras taxas de empresas privadas (Sociedades Anônimas).

Na Tabela 3 apresenta-se a taxa de captação da CAC-CC, calculada sobre o faturamento global da empresa.

Tabela 3 - Taxa de captação interna de recursos da CAC-CC no período de 1978/87 (valores em mil cruzados - dez/85)

Anos	Faturamento global (A)	Captação interna (B)	Taxa de captação (B/A).100	Índice da taxa
1978	3.901.728,9	140.921,5	3,61	100,0
1979	3.619.036,5	199.312,0	5,51	152,6
1980	3.879.450,5	265.022,5	6,83	189,2
1981	3.927.584,3	178.771,4	4,55	126,0
1982	3.992.620,9	145.737,0	3,65	101,1
1983	3.944.472,6	231.732,2	5,87	162,6
1984	4.087.132,7	254.812,6	6,23	172,6
1985	4.188.500,7	233.027,5	5,56	154,0
1986	6.292.216,5	284.877,5	4,53	125,5
1987	3.607.019,8	301.487,6	8,36	231,6

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais
(Dados trabalhados)

Verifica-se que seus valores oscilaram entre 3,61% a 8,36%, correspondendo respectivamente ao seu limite inferior em 1978 e ao seu limite superior em 1987, quando apesar da queda real do faturamento a CAC-CC teve uma elevação na sua taxa de captação para cobrir a necessidade de aplicações (como pode ser observada na Tabela 7 adiante). No entanto, em 1986, quando se obteve o maior faturamento do período, esta taxa esteve a um nível relativamente baixo, representando quase que metade da taxa de 1987, enquanto que os montantes de recursos captados nesses dois últimos anos não diferem de forma tão expressiva.

Torna-se importante frisar a flexibilidade desta taxa de captação, não só em função do faturamento, mas principalmente como uma componente na política de decisão de investimento (imobilizações) da empresa cooperativa.

A partir dos Quadros de Demonstração de Resultados, foi calculada a Taxa de Administração da CAC-CC (Tabela 4) ou taxa de despesas operacionais, uma vez que um menor custo pode refletir numa maior capacidade de captação interna, além de tornar-se evidente a maior eficiência econômica de uma Cooperativa Central quando comparada a uma empresa privada.

Quando esta taxa é superestimada ela gera uma sobra líquida no final de cada exercício, que por decisão da Assembléia Geral poderá ser incorporada ao capital social, aumentando assim a fonte de captação.

O que pode-se concluir da Tabela 4 é que a CAC-CC vem adotando uma política de contenção de custos operacionais apesar das taxas elevadas dos anos de 1982 e 1983 (10,38% e 10,54% respectivamente), para a partir daí decrescer até 1986,

sendo que a elevação para 12,88% não reflete, na realidade, uma elevação no valor absoluto do custo real no ano de 1987.

Tabela 4 - Taxa de Administração (Despesas operacionais) da CAC-CC no período de 1978/1987 (Valores constantes de dezembro/1985 em Cz\$ 1.000)

Anos	Faturamento global	Receitas líquidas (A)	Taxa bruta de administração	Sobras líquidas (B)	Despesas reais (A - B)	Taxa real de Administração
1978	3.901.728,9	407.873,8	10,45	54.309,5	353.564,3	9,06
1979	3.619.036,5	345.257,6	9,54	49.057,0	296.200,6	8,18
1980	3.879.450,5	358.422,9	9,24	57.635,8	300.787,1	7,75
1981	3.927.584,3	421.006,2	10,72	31.462,9	389.543,3	9,92
1982	3.992.620,9	437.055,6	10,95	22.728,9	414.326,7	10,38
1983	3.994.472,6	451.951,8	11,31	30.923,9	421.027,9	10,54
1984	4.087.132,7	441.714,4	10,81	49.325,6	392.388,8	9,60
1985	4.188.500,7	443.515,7	10,59	52.001,0	391.514,7	9,35
1986	6.292.216,5	569.638,6	9,05	42.338,9	527.299,7	8,38
1987	3.607.019,9	497.418,0	13,79	32.823,8	464.594,2	12,88

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais
(Dados trabalhados)

A elevada taxa verificada em 1987 em função da queda do faturamento, que por sua vez foi atribuída às frustrações de safras de alguns produtos hortigranjeiros e do café, à queda dos preços internacionais de produtos como a soja e o café, à retração da demanda interna e à elevação dos custos financeiros, foi acompanhada pela elevação da taxa de captação interna, o que exigiu de certa forma um maior sacrifício dos produtores.

Mesmo que o montante de captação ou sua taxa não guarde uma relação direta com os custos da Cooperativa, um componente desta captação interna de recursos possui relação direta com a taxa bruta de administração - são as sobras líquidas. Mas, o que se observa também é um melhor ajustamento desta taxa ao

longo do tempo, uma vez que as sobras líquidas têm decrescido, chegando a representar 59,5% das sobras obtidas em 1980 (ver Tabela 2), caindo assim sua participação no processo de captação para aproximadamente 10% em 1987, enquanto que em 1978 essa participação era de 35,5%.

5.2. As Imobilizações

Do total das aplicações fixas realizadas pela CAC-CC no período de 1978 a 1987, 97,48% foram em imobilizações, 1,97% em participação em outras empresas e o restante (0,55%) fazendo parte do Ativo Diferido nos últimos dois anos, conforme pode-se observar na Tabela 5 os valores em mil cruzados aplicados anualmente.

Tabela 5 - Componentes das Aplicações fixas de recursos da CAC-CC no período de 1978/87 (o Ativo Permanente). Valores constantes de dez/1985 em mil cruzados.

Anos	Imobilizações	Participação em outras empresas	Diferido	Total
1978	110.739,3	-	-	110.739,3
1979	78.443,2	9.671,1	-	88.114,3
1980	131.032,6	3.366,4	-	134.399,0
1981	80.904,7	3.009,0	-	83.913,7
1982	149.380,0	4.157,7	-	153.537,7
1983	82.459,2	1.688,0	-	84.147,2
1984	108.595,1	846,2	-	109.441,3
1985	152.434,2	1.888,1	-	154.322,3
1986	215.494,6	1.943,3	6.078,2	223.516,1
1987	348.112,3	2.868,4	2.168,4	353.149,1
Total	1.457.595,2	29.438,2	8.246,6	1.495.280,0
%	97,48	1,97	0,55	100,00

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

As imobilizações é o item que melhor reflete o crescimento da CAC-CC, pois esta expansão não fica sujeita a sofrer variações no curto prazo em função de alguma política macroeconômica ou outros fatores ligados ao setor agrícola.

O que pode-se observar também na Tabela 5 é que durante estes dez anos em estudo a CAC-CC vem expandindo as imobilizações, demonstrando desse modo não haver capacidade instalada ociosa ou mesmo redução da capacidade instalada a despeito dos anos de recessão.

Na Tabela 6 esse crescimento é expresso pelo índice das imobilizações acumuladas, depois de descontadas as vendas de bens deste mesmo item. Não se considerou os valores anteriores aos anos de 1978 em razão de tratar-se de valores históricos, e mesmo porque esse crescimento é dado pelos acréscimos anuais das imobilizações.

Tendo como base 1980, observa-se uma tendência sempre crescente das imobilizações, apresentando um aumento real de 367,84% nos últimos 8 anos.

No capítulo 2, que trata da breve história da CAC, pode-se perceber a expansão da Cooperativa nestes 10 anos, contando hoje com mais de 200 instalações operacionais espalhadas por 15 Estados da Federação (ver Figura 2).

No que pese todo o crescimento da Cooperativa, é importante frisar que seus custos operacionais não cresceram de forma tão expressiva. Se em 1980 eles foram de 300 milhões de cruzados, em 1987 eles alcançaram 464 milhões - representando 55% de elevação (Tabela 4).

Figura nº 2 - Distribuição das instalações operacionais da CAC-CC no ano de 1987

Tabela 6 - Crescimento das Imobilizações da CAC-CC no período de 1978/1987 (Valores constantes de dezembro de 1985 em Cruz 1.000)

Anos	Aplicações em imobilizações	Venda de bens	Imobilizações líquidas acumuladas	Índice
1978	110.739,3	-	110.739,3	37,38
1979	78.443,2	12.428,2	176.754,3	59,66
1980	131.032,6	11.529,6	296.257,3	100,00
1981	80.904,7	15.604,5	361.557,5	122,04
1982	149.380,0	11.961,1	498.976,4	168,43
1983	82.459,2	8.056,4	573.379,2	193,54
1984	108.595,1	3.092,0	678.882,3	229,15
1985	152.434,2	1.694,3	829.622,2	280,03
1986	215.494,6	5.378,8	1.039.738,0	350,96
1987	348.112,3	1.853,3	1.385.997,0	467,84

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais
(Dados trabalhados)

Nem mesmo o faturamento global acompanhou a evolução das imobilizações se comparados os anos de 1980 e 1986, pois 1987 pode ser considerado um ano atípico no período em estudo no que se refere ao faturamento da Empresa.

Mesmo que o faturamento tenha crescido 62,2% em termos reais, entre 1980 a 1986, é provável que em algumas instalações operacionais da CAC-CC tenha havido capacidade instalada ociosa. Contudo, essa tendência expansionista demonstra a preocupação dos Dirigentes da Cooperativa em fazer com que o sistema Cotia assuma um papel fundamental no fortalecimento do cooperativismo no Brasil, principalmente através dos Programas de Assentamento Dirigido e das atividades de verticalização dos processos produtivos e de comercialização.

A Tabela 7 demonstra o enfoque positivo que se quer ressaltar do sistema cooperativo - ser autofinanciável. É importante frisar que a CAC-CC sempre esteve com suas imobilizações cobertas com o capital próprio, mesmo que na prática (financeiramente) verifique-se a tomada de empréstimos e financiamentos de longo prazo que visem promover os investimentos. No entanto, contabilmente seu Patrimônio Líquido sempre foi superior aos investimentos no ativo fixo.

Tabela 7 - Capacidade de Autofinanciamento da CAC-CC no período de 1978/87 (Valores constantes de dez/1985 em Cz\$ 1.000)

Anos	Captção interna (A)	Aplicações fixas (B)	%	Excedente (A-B)	%
1978	140.921,5	110.739,3	78,6	30.182,2	21,4
1979	199.312,0	88.114,3	44,2	111.197,7	55,8
1980	265.022,5	134.399,0	50,7	130.623,5	49,3
1981	178.771,4	83.913,7	46,9	94.857,7	53,1
1982	145.737,0	153.537,6	105,4	- 7.800,6	- 5,4
1983	231.732,2	84.147,2	36,3	147.585,0	63,7
1984	254.812,6	109.441,4	42,9	145.371,2	57,1
1985	233.027,5	154.322,3	66,2	78.705,2	33,8
1986	284.877,5	223.516,1	78,5	61.361,4	21,5
1987	301.487,6	353.139,7	117,1	- 51.652,1	- 17,1
TOTAL	2.235.701,8	1.495.280,0	66,9	740.421,8	33,1

Fonte: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais
(Dados trabalhados)

Ao se analisar essa capacidade de autofinanciamento da CAC-CC, comparando os montantes de captação interna com as aplicações fixas, verifica-se na maioria dos anos um excedente positivo de captação. Em média, durante o período em estudo, a CAC-CC investiu 66,68% do montante captado anualmente, o que re-

apresenta uma poupança líquida de 33,32% destinada a cobrir outras aplicações com o capital próprio, como distribuição de juros ao capital social integralizado, devolução de capital social com a saída de associados, aumento no realizável a longo prazo, diminuição de empréstimos de longo prazo, elevação da parcela de capital de giro próprio e aplicações do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - o FATES.

Mesmo apresentando um excedente de poupança interna, a CAC-CC depende de capitais de terceiros para atender a demanda de seus associados, não só por insumos, mas também para adiantamentos por conta da produção, créditos a fornecedores, formação de estoques e outras aplicações de curto e longo prazos.

No entanto, o fato da CAC-CC promover seu autofinanciamento não significa a não tomada de financiamentos para cobrir as despesas das imobilizações, uma vez que sua necessidade por recursos financeiros no ativo circulante é superior ao ativo permanente em aproximadamente dois terços. Além disso, no "bolo" financeiro torna-se impossível a separação exata das moedas por origens.

Ao se destacar esse aspecto, pretende-se reforçar a evidência de modo empírico, que a CAC-CC autofinancia seus investimentos com a captação interna, antecipada ou simultânea de recursos, o que significa também que o crescimento da Cooperativa é sustentado pelos seus associados (ver Figura 3).

Os dois anos de excedentes negativos coincidem com o ano de 1982 quando ocorreu uma taxa de captação relativamente baixa e com o ano de 1987, quando a queda do faturamento forçou a

elevação desta taxa para 8,36% e mesmo assim o montante captado não superou as aplicações fixas (ver Tabela 7 e Figura 3).

Figura 3 - Capacidade de Autofinanciamento da CAC-CC no período de 1978 a 1987 (Valores constantes de dezembro de 1905 em Cr\$ 1.000.000,00)

Fonte: Tabela 7.

5.3. Índices Comparativos

A apresentação de alguns índices econômico-financeiros neste capítulo tem como objetivo enriquecer e aprofundar mais a análise da questão principal deste trabalho - a captação e aplicação de recursos financeiros na CAC-CC.

Ao comparar alguns índices com os setores privados, não se busca estabelecer um padrão para as cooperativas agrícolas, mas objetiva-se verificar de maneira empírica a eficiência do sistema cooperativo, principalmente porque a CAC-CC representa

10 Cooperativas Associadas e mais de 15 mil Associados Individuais, sendo que seu faturamento bruto é equivalente ao montante das vendas das 38 empresas agrícolas do setor privado apresentadas na Revista Conjuntura Econômica do mês de março de 1988 (FGV - Balanço das Mil Sociedades por Ações) no período de 1980 a 1986.

A Tabela 8, com o auxílio da Figura 4, demonstram que a taxa de captação interna da CAC-CC teve uma tendência semelhante às taxas dos setores privados, dos anos de 1980 a 1983. Em 1984 observa-se uma elevação nas taxas do setor agrícola e do setor industrial, e conseqüentemente na taxa consolidada das mil empresas por ações, mais que proporcional ao setor cooperativo da Cotia.

Tabela 8 - Taxas de captação interna (lucro líquido retido) da CAC-CC, de 1000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas agrícolas e de 743 Empresas do setor industrial, no período de 1980 a 1986.

Anos	CAC-CC		1.000 S.A.		Setor Agrícola		Setor Industrial	
	taxa %	índice	taxa %	índice	taxa %	índice	taxa %	índice
1980	6,83	100,0	5,54	100,0	9,09	100,0	5,32	100,0
1981	4,50	65,9	6,20	111,9	4,69	51,6	4,64	87,2
1982	3,65	53,4	5,15	93,0	4,35	47,8	3,91	73,5
1983	5,87	85,9	3,84	69,3	6,02	66,2	4,01	75,4
1984	6,23	91,2	10,06	181,6	11,92	131,1	9,85	185,2
1985	5,56	81,4	9,70	175,1	8,32	91,5	9,58	180,1
1986	4,53	66,3	10,54	190,2	6,02	66,2	10,42	195,9

Fontes: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

FGV - Conjuntura Econômica, 1988 vol. 42 nº 3

(Dados trabalhados)

Figura 4 - Taxas de captação interna (lucro líquido retido) da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Fonte: Tabela 8.

Este comportamento do setor privado pode ser atribuído à elevação dos custos financeiros na tomada de recursos de terceiros. Já o setor agrícola privado parece não acompanhar uma elevação nesta taxa de captação ao se verificar que em 1985 e 1986 ela voltou a apresentar uma tendência de baixa, quando seu índice em 1984 era de 131,1 caiu para 66,2 em 1986.

O mais importante a concluir deste quadro é que apesar das discussões em torno do problema do "lucro" na atividade cooperativa, no caso da CAC-CC ele apresenta-se com tendência semelhante ao setor privado nos quatro primeiros anos, para a partir de 1984 ensaiar uma tendência de baixa. Enquanto o setor

privado apresenta-se com uma sensível elevação a partir de 1983 com tendência de alta nos três últimos anos (exceto o agrícola).

Este comportamento reflete o interesse do setor privado em aumentar a participação de capital próprio no total do ativo da empresa por representar um menor custo de captação e um menor risco.

Por outro lado, esta situação reflete também em vantagem para os produtores cooperados no sentido de reduzir custos na medida em que parte dos "lucros" não é retida pela empresa Cooperativa.

Na Tabela 9, ao comparar-se a taxa de despesas operacionais ou taxa de administração da CAC-CC com o setor privado, verifica-se que a Cooperativa sempre esteve operando a custos menores no período considerado (1980 a 1986).

Tabela 9 - Taxas de administração (despesas operacionais) da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Anos	CAC-CC		1.000 S.A.		Setor Agrícola		Setor Industrial	
	taxa %	índice	taxa %	índice	taxa %	índice	taxa %	índice
1980	7,75	100,0	26,70	100,0	18,75	100,0	31,09	100,0
1981	9,92	128,0	29,61	110,9	17,19	91,7	33,26	107,0
1982	10,38	133,9	35,32	132,3	23,36	124,6	40,76	131,1
1983	10,54	136,0	39,71	148,7	23,40	124,8	48,98	157,5
1984	9,60	123,9	28,07	105,1	23,91	127,5	28,14	90,5
1985	9,35	120,6	23,97	89,8	26,56	141,6	24,88	80,0
1986	8,38	108,1	19,26	72,1	17,77	94,8	19,97	64,2

Fontes: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

FGV - Conjuntura Econômica, 1988 vol.42 nº 3

(Dados trabalhados)

De modo geral, a taxa de administração apresentou uma tendência de alta nos quatro anos iniciais (1980 a 1983), principalmente o setor industrial com um índice de 157,5 - representando um aumento real de 57,5%. Em 1983 este setor apresentou uma taxa de despesas sobre as vendas na ordem de 48,98%, sendo que as despesas financeiras contribuíram com 50,6% do total das despesas operacionais, e representou um montante de 14,1% dos custos sobre as vendas totais das 743 empresas privadas do setor industrial (FGV, 1988, p. 91, Anexo I).

A partir de 1984 é marcante a tendência de baixa desta taxa, desde a CAC-CC ao setor privado, notadamente o industrial (ver Figura 5).

Figura 5 - Taxas de Administração (despesas operacionais) da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Fonte: Tabela 9.

Sem dúvida que desta forma a Cooperativa proporciona um maior retorno aos seus sócios, que se não é expresso em termos de sobras líquidas, pode ser refletido através de menores preços nas compras em comum de insumos ou no recebimento de maiores valores (preços) dos produtos entregues para as vendas em comum. Por outro lado, demonstra o efeito da economia de escala ao se produzir e comercializar em bases cooperativistas.

Uma vez que esta taxa é calculada sobre o faturamento da empresa, torna-se interessante analisar o desempenho da empresa, ou seja, se um aumento real das vendas pode provocar a redução da taxa de administração.

Na Tabela 10 estão contidos os índices de crescimento das vendas da CAC-CC e dos setores privados.

Tabela 10 Índices de crescimento das Vendas da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Anos	CAC-CC	1.000 S.A.	Setor Agrícola	Setor Industrial
1980	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	101,2	103,1	100,9	97,6
1982	102,9	99,2	105,8	96,7
1983	103,0	79,3	87,4	77,6
1984	105,4	79,8	92,7	82,0
1985	108,0	82,2	107,2	82,6
1986	162,2	118,3	178,4	118,4

Obs.: Em 1987 a CAC-CC apresenta-se com um índice de 93,0

Fontes: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

FGV - Conjuntura Econômica, 1988 vol. 42 nº 3

(Dados trabalhados)

Em relação à Cooperativa, observa-se uma tendência sempre crescente no período, demonstrando ter sido em 1986 o ano de maior desempenho operacional, acompanhado também pelos setores privados. O fato da elevação das vendas nesse ano é atribuído ao aquecimento da demanda agregada, provocado pelo Plano Cruzado.

No entanto, de 1980 a 1983, de um modo geral, o setor privado demonstrou uma contínua queda nas suas vendas. Isto coincide com o mesmo período em que a taxa de administração era crescente. Da mesma forma, o período de crescimento das vendas a partir de 1984 coincide com a taxa declinante das despesas operacionais. Isto significa que não somente a redução dos custos financeiros veio a favorecer o declínio da taxa de administração (em 1983 o setor privado tinha uma despesa financeira na ordem de 13%, caindo para 6% em 1986 conforme FGV, 1988, p. 69), mas também, a elevação do faturamento total.

Na CAC-CC as despesas financeiras não deixam de existir, entretanto, o processo de ressarcimento desses encargos através do repasse financeiro aos associados não permite comprometer a taxa de administração ou até mesmo o desempenho da Cooperativa.

A despeito da queda no índice das vendas (receitas operacionais líquidas) do setor privado em quase todo o período, conforme se observa na Figura 6, as imobilizações cresceram em ambos os setores - o cooperativo e o privado. Daí poder-se inferir também, que possivelmente os investimentos visaram mais a modernização dos processos produtivos do que a ampliação da capacidade instalada.

Figura 6 - Índices de crescimento das Vendas da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Fonte: Tabela 10.

Na Tabela 11 os índices de crescimento das imobilizações são apresentados, e com o auxílio da Figura 7 torna-se mais fácil a visualização da tendência de alta dos investimentos fixos, mesmo em período desfavorável da economia. Mais uma vez o destaque é a CAC-CC que apresentou um crescimento real de 250,96%, seguida do setor agrícola privado que em 1986 apresentou uma elevação de 73,31% de crescimento ao longo dos 7 anos apresentados neste trabalho.

A elevação das vendas e dos investimentos em 1986 é coerente com a situação vivida no País naquele ano, quando o governo decretou o congelamento dos preços, associado à recuperação dos salários e aos juros reais negativos (FGV, 1988, p.84).

Tabela 11 - Índices de crescimento das Imobilizações da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Anos	CAC-CC	1.000 S.A.	Setor Agrícola	Setor Industrial
1980	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	122,04	113,06	119,54	112,35
1982	168,43	124,54	127,31	125,60
1983	193,54	126,39	111,51	131,61
1984	229,15	129,34	145,86	138,25
1985	280,03	128,48	148,48	136,52
1986	350,96	141,09	173,31	151,55

Fontes: CAC-CC - Série de Relatórios Anuais

FGV - Conjuntura Econômica, 1988 vol. 42 nº 3

(Dados trabalhados)

Figura 7 - Índices de crescimento das Imobilizações da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980 a 1986.

Fonte: Tabela 11.

Ao se analisar o crescimento das imobilizações torna-se de fundamental importância o conhecimento do Grau de Imobilização Técnica do Patrimônio Líquido das empresas. Na Tabela 12 estão apresentados os graus de imobilizações da CAC-CC e dos setores privados, indicando quanto as empresas comprometeram do Patrimônio Líquido em aplicações no Ativo Permanente.

Tabela 12-Grau de Imobilização Técnica do Patrimônio Líquido da CAC-CC, de 1.000 Sociedades por Ações, de 38 Empresas do Setor Agrícola e de 743 Empresas do Setor Industrial, no período de 1980/86.

Anos	CAC-CC	1.000 S.A.	Setor Agrícola	Setor Industrial
1980	0,53	1,39	0,97	1,51
1981	0,47	1,38	1,04	1,53
1982	0,70	1,39	1,00	1,52
1983	0,45	1,48	1,00	1,61
1984*	0,85*	1,37	0,98	1,44
1985	0,94	1,37	0,97	1,44
1986	0,92	1,29	0,95	1,34

Obs.: Em 1987 a CAC-CC apresenta-se com um grau de 1,07

Fontes: CAC -CC - Série de Relatórios Anuais

FGV - Conjuntura Econômica, 1988 vol. 42 nº 3

(Dados trabalhados)

* A partir de 1984 a CAC-CC apresenta-se com Correção Monetária no Ativo Permanente e no Patrimônio Líquido.

O comportamento da CAC-CC em todo o período apresentado demonstra que de cada Cz\$ 100,00 de recursos próprios uma parcela menor foi aplicada no ativo fixo. Isto significa, como já foi demonstrado ao analisar o processo de autofinanciamento da Cooperativa, que seus investimentos são sustentados com os

recursos próprios, e que sempre ocorreu um excedente - capital de giro próprio - para financiar uma pequena parcela do ativo circulante.

No entanto, os dados da Tabela 12, no que se referem a CAC-CC, mostram que os graus estimados para os anos de 1980 a 1983 não são representativos, pois nesse período, nem o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido estavam sujeitos à correção monetária. Mas a partir de 1984 este grau reflete uma situação real e apresenta-se com uma tendência crescente, confirmada com o grau de imobilização verificado em 1987 (ver observação na Tabela 12), quando para cada Cz\$ 100,00 do Patrimônio Líquido ocorreu a aplicação de Cz\$ 107,00 no Ativo Permanente. O déficit de Cz\$ 51.652.100,00 verificado na captação de recursos próprios em relação às aplicações (ver Tabela 7) deve ter contribuído em parte para essa situação naquele ano.

A situação do setor agrícola privado apresentou-se no período analisado semelhante à da CAC-CC no que tange a existência de capital próprio suficiente para cobrir as aplicações no Ativo Permanente. Contudo, seu grau de imobilização demonstra uma tendência declinante a partir de 1981 até 1986, quando para cada 100 cruzados de recursos próprios 95 foram aplicados no ativo permanente.

De um modo geral, os dados demonstram que o setor agrícola privado e o setor cooperativo Cotia procuram operar com maior segurança e menores riscos em termos de endividamento externo, pois como pode-se observar, este grau calculado para as 1000 sociedades por ações e, especificamente para o setor indus-

trial, durante todo o período, apresentou-se superior a 1,00 - ou seja, o capital próprio nunca foi suficiente para cobrir todo o ativo permanente (as aplicações fixas). Significa também que o capital circulante próprio sempre esteve negativo nesse mesmo período para o setor privado.

Entretanto, observa-se uma tendência declinante no referido grau do setor privado a partir de 1983, quando nesse ano as mil empresas por ações, assim como o setor industrial isoladamente, apresentaram os mais altos graus da série analisada, ao possuir Cz\$ 148,00 e Cz\$ 161,00 de aplicações fixas para cada Cz\$ 100,00 de recursos próprios, respectivamente.

Deste comportamento pode-se concluir também que o setor privado não vem autofinanciando seu crescimento, ou seja, ele tem recorrido a fontes externas de captação de recursos para financiar seus investimentos. No entanto, isto não significa que a CAC-CC não venha recorrendo à captação de recursos de terceiros para movimentar o ativo circulante e o realizável a longo prazo, todavia esta questão não é objeto do presente estudo.

6. Conclusões

A análise do processo de captação interna e de aplicação de recursos próprios da CAC-CC, no período de 1978 a 1987, permite concluir que:

a) As sobras líquidas não constituem a principal fonte de captação interna de recursos. Ao contrário, a CAC-CC apresentou sobras líquidas retidas com tendência declinante no período em estudo, contrapondo à tendência crescente do montante de captação.

b) Na realidade, as Retenções para Aumento de Capital Social sobre o movimento das atividades dos cooperados e para Aumento nas Reservas Decorrentes das Operações constituem as duas principais fontes de captação interna correspondendo a 65% do total de recursos captados nos dez anos considerados.

c) A CAC-CC apresentou uma taxa de captação relativamente estável no período analisado. De 1980 a 1986 essa taxa foi decrescente, e comparada ao setor privado, os primeiros 4 anos apresentaram relativa igualdade. No entanto, de 1984 a 1986 o setor privado quase que dobrou essa taxa de captação suportada pelos consumidores em geral, enquanto a CAC-CC procurava manter a tendência baixista em benefício imediato dos seus cooperados ou

pela exigência de captação determinada pelo limite dos investimentos.

d) A taxa de administração ou taxa de despesas operacionais demonstrou um comportamento mais estável durante os dez anos para a CAC-CC do que para o setor privado. Apesar da tendência declinante dessa taxa para o setor privado a partir de 1984, em 1986 ainda representava mais do que o dobro da taxa de administração da CAC-CC, e em 1983 chegou a ser quatro vezes maior do que a taxa da Cooperativa. Mais uma vez os cooperados operavam a custos menores e conseqüentemente com maior capacidade de poupança individual.

e) Quanto às Imobilizações, pode-se concluir que a CAC-CC teve um crescimento constante no período, e considerando-se somente os sete anos comparados ao setor privado observa-se um crescimento real bem superior da Cooperativa.

Neste item, a principal conclusão, de acordo com o objetivo deste trabalho, é que se constatou importante capacidade de autofinanciamento da CAC-CC. Em outros termos, a Cooperativa Central, através do esforço de uma poupança "compulsória" dos seus Associados Individuais e das Cooperativas Associadas, retém o montante de capital próprio necessário para cobrir os investimentos (aplicações fixas).

Essa situação não se verifica no setor privado, especialmente o setor industrial, como é possível se observar na análise dos graus de imobilizações. Entretanto, a comparação entre o setor agrícola privado e a CAC-CC mostra que ambos possuem suficiente capital próprio para cobrir suas imobilizações.

Referências Bibliográficas

- ANDO, Z. Pioneirismo e cooperativismo - história da cooperativa agrícola de cotia. São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1961. 118 p.
- ANJOS, N.M.dos, Análise comparativa de resultados econômicos entre cooperados e não cooperados, região de São José do Rio Preto. Piracicaba, 1968. 123 p. (Mestrado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/USP.
- BRADFORD, H.W. Cooperative cotia- a force for development in Brazil. Washington, U.S. Department of Agriculture. Farmer Cooperative Service, 1972. 50 p. (Information, 84).
- BRANDT, S.A. Efeitos de perfil e escala sobre a eficiência da produção agrícola. Viçosa, s.ed., 1986, 17 p. (mimeog.).
- BRANDT, S.A. Economias de escopo: uma análise de convexidade transradial da função de custo de produção agrícola. In.: Revista de Economia Rural. Brasília, 25(2):205-12, abr./jun. 1987.
- CHINEN, C.A.K. Contabilidade - um sistema de informação. In.: PINHO, D.B., org. A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil. São Paulo, Coopercultura, 1986.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Lei Cooperativista Nº 5.764 de 16/12/71. Brasília, 1982, 41 p.
- Cooperativa Agrícola de Cotia. Cooperativa Central. Relatório dos serviços sociais. São Paulo, 1967/1987.

- CARASTAN, J.T. Orientação contábil para cooperativas. In.: PINHO, D.B. A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábil. São Paulo, Coopercultura, 1986. p.57-80.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. índices econômicos. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 1978/1988.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Balanço das mil sociedades por Ações. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 42(3), mar. 1988.
- FLEURY, M.T.L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Global, 1983.
- GAYOTTO, A.M. Os precursores. Curitiba, Sec. de Agricultura do Estado do Paraná, 1975. 11 p. (mimeog.).
- COOPERATIVA, uma idéia democrática. GUIA RURAL, São Paulo, 2(7):94, 1988.
- GAVA, E. Análise da administração de cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital, estado de Espírito Santo. Viçosa, 1972. 194 p. (M.S. - Univ. Federal de Viçosa).
- GUIMARÃES, E.A. Acumulação e crescimento da firma; um estudo de organização industrial. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- HOFFMANN, R. & VIEIRA, S. Análise de regressão- uma introdução à econometria. São Paulo, HUCITEC, 1977. 379 p.
- IUDICIBUS, S. de, Análise de balanço. 4.ed. São Paulo, Atlas, 1984. 250 p.
- LABINI, P.S. Oligopólio e progresso técnico. Rio de Janeiro. Forense-Universitária/EDUSP, 1980.
- LANGE, O. Introdução à econometria. Lisboa, Fundo de Cultura S.A., 1967.

- LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa. In.: PINHO, D.B., org. Tipologia cooperativa - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1984. v.4, p.76-84.
- LOUREIRO, M.R.G. Cooperativismo e reprodução camponesa. In.: _____, Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981. p.133-55.
- MAGALHÃES, M.H. Reservas e reavaliação do ativo imobilizado das cooperativas. São Paulo, Sec. de Agricultura de S.Paulo/Deptº. de Assistência ao Cooperativismo, 1975. 29 p.
- MAGALHÃES, M.H. Evolução histórica da legislação brasileira sobre concentração entre cooperativas. In.: PINHO, D.B., org. Bases operacionais do cooperativismo - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1982. v.2, p.35-42.
- MASY, R.C. de, Capital social. In.: PINHO, D.B., org. Bases operacionais do cooperativismo - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1982. v.2, p.53-6.
- MATARAZZO, D.C. Análise financeira de balanço: abordagem gerencial. São Paulo, Atlas, 1985. 232 p.
- PERIUS, V. A participação das cooperativas na produção de alimentos. In.: PINHO, D.B., org. Tipologia cooperativista - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1984. v.4, p.177-82.
- PINHO, D.B. Concentração de cooperativas: das fusões e incorporações ao controle acionário. Curitiba, Voz do Paraná, 1977a. 87 p.
- PINHO, D.B. Economia e cooperativismo. São Paulo, Saraiva, 1977b. 177 p.

- PINHO, D.B. Avaliação do cooperativismo brasileiro. 2.ed.
Belo Horizonte, FUNDEC, 1981.
- PINHO, D. B. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1982, v.1.
- PINHO, D. B. Cooperativas agrícolas. In.: _____, org. Tipologia cooperativista - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1984. v.4, p.61-7.
- ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 10.ed. São Paulo, Atlas, 1984. 744 p.
- ROY, E.P. Cooperatives: today and tomorrow. Danville, Illinois, The Interstate Printers & Publishers, 1964.
- SANTOS, A.S. Manual de análise de balanço para cooperativas. Ilhéus, BA, CEPLAC/DEADE/DICOP, 1983. 48 p.
- SPENCER, M.H. Economia contemporânea. São Paulo, Fundo Educativo Brasileiro/EDUSP, 1979. 626 p.
- UTUMI, A. Comercialização agrícola cooperativista. In.: PINHO, D.B., org. Tipologia cooperativista - manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1984. v.4, p.67-76.

ANEXO I - Série dos Balanços da CAC-CC

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987

Em cruzados

ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos		1.308.254.568	Créditos de associadas		7.256.218
Débitos de cooperados			Créditos de cooperados		
Adiantamentos à produção	1.254.207.634		Remanescentes de prestação de contas	231.756.461	
"Pooling" despesas de produtos	1.122.261.526		Fundo rotativo	1.062.417.693	
Fornecimento de insumos	945.643.021		Outros créditos	314.008.135	1.608.182.289
Débitos especiais	2.334.094.404		Instituições financeiras		
Outros débitos	1.336.368.795		Operações de crédito rural	8.873.654.694	
Créditos de produção	(700.905.073)		Financiamentos	2.840.462.361	
Provisão para devedores duvidosos	(81.738.287)	6.209.932.020	Recursos captados para utilização futura	(1.317.089.731)	10.397.027.324
Débitos de terceiros			Créditos de terceiros		
Contas a receber de clientes	1.009.806.262		Fornecedores	1.198.514.497	
Outras contas a receber	586.259.219		Encargos de folha de pagamento	354.335.202	
Duplicatas descontadas	(25.438.000)		Outros créditos	406.484.067	1.959.333.766
Provisão para devedores duvidosos	(25.578.947)	1.545.048.534	Créditos do poder público		134.103.406
Estoques		4.441.066.147	Total do Passivo Circulante		14.105.903.003
Valores antecipados e outros		827.017.841	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do Ativo Circulante		14.331.319.110	Instituições financeiras		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Operações de crédito rural	12.213.184	
Devedores por contratos e outros		31.687.221	Financiamentos	1.043.484.714	
PERMANENTE				1.055.697.898	
Imobilizado			Outros créditos	1.568.364	1.057.266.262
Imóveis	882.355.968		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Bens de uso da produção	526.993.975		Receitas diferidas		17.365.162
Bens de transportes	254.513.316		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens em execução	1.756.168.368		Contas de capital		
Bens de uso administrativo	99.264.383		Capital social	760.224.204	
Depreciação acumulada	(60.579.205)		Elevação de capital	484	
	3.458.716.805			760.224.688	
Investimentos			Reservas		
Participações em outras entidades	35.881.083		Reserva legal	13.581.937	
Diferido			Reserva para desenvolvimento	614.964.119	
Custos pré-operacionais, menos			Reserva para investimento e imobilização	994.385.471	
Cz\$ 2.491.046 de amortização acumulada	25.802.922			1.622.931.527	
	3.520.400.810		Fundos		
Correção monetária do ativo permanente	8.239.883.155	11.760.283.965	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	7.710.791	
Total do Ativo		26.123.290.296	Fundo especial	12.829.802	
			Fundo de atividades de cooperados	21.713.179	
				42.253.772	
			Resultado do exercício		
			Operações com cooperados	265.403.212	
			Operações com não cooperados - Lei nº 5.764, Artigo 87	12.059.515	
				277.462.727	
				2.702.872.714	
			Reserva de equalização - resultante da correção monetária	8.239.883.155	10.942.755.869
			Total do Passivo		26.123.290.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 1987

		Em cruzados
OPERAÇÕES COM COOPERADOS		
PROVENTOS		
Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados		1.881.323.419
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados		2.195.802.301
Outras contribuições		127.590.998
Total de proventos		4.204.716.718
CUSTEIOS		
Operacionais		
Pessoal	2.026.488.432	
Gastos gerais	1.096.881.859	
Depreciações	115.623.773	3.238.994.064
Administrativos		
Conselho fiscal	2.643.817	
Honorários de diretores	13.882.204	
Pessoal	82.855.113	
Gastos gerais	50.218.716	
Depreciações	1.191.687	150.791.537
Custeios apropriados a operações com não cooperados		(420.207.993)
		2.969.577.608
Encargos financeiros, menos ressarcimentos de Cz\$ 8.382.045.213		875.392.893
Ajuste do programa de estabilização econômica - DL n° 2.335/87		94.343.005
Total de custeios		3.939.313.506
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS		265.403.212
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS - LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86		
Resultado antes do imposto de renda	18.553.100	
Imposto de renda	(6.493.585)	12.059.515
RESULTADO DO EXERCÍCIO		277.462.727
APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Reserva legal - 10%	26.540.321	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - 5%	13.270.161	
Fundo especial - 10%	22.559.273	
Juros sobre o capital social - 12% a.a.	27.081.684	
Saldo a disposição da Assembléia Geral	175.951.773	
	265.403.212	
Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	12.059.515	277.462.727
VENDAS DE PRODUÇÃO DOS COOPERADOS E MERCADORIAS DISTRIBUÍDAS (Vide nota explicativa n° 3)		
		30.490.446.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987

	Em cruzados	
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações sociais		
Resultado do exercício		277.462.727
Despesas que não afetam o capital circulante:		
Depreciações e amortizações		197.113.544
Variações monetárias do exigível a longo prazo		523.633.976
Aumento nas reservas decorrentes das operações		1.032.866.637
		<u>2.031.076.884</u>
Aumento do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES		146.816
Aumento no resultado de exercícios futuros		14.588.938
		<u>14.735.754</u>
Dos cooperados		
Aumento no fundo de atividades de cooperados		11.597.448
Aumento de capital		491.236.876
		<u>502.834.324</u>
De terceiros		
Venda de bens do imobilizado		15.666.343
Ingressos de recursos no exigível a longo prazo		466.614.289
		482.280.632
Em redução no capital circulante		121.256.061
Total das origens		<u>3.152.183.655</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No realizável a longo prazo		17.849.501
No ativo permanente		
Investimentos		24.247.227
Imobilizado		2.942.622.950
Diferido		18.329.786
Por transferência do exigível a longo prazo ao circulante		139.192.237
Distribuição de juros sobre o capital social (3% a.a.)		2.514.029
Devolução de capital aos cooperados demissionários		3.980.382
Do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES		3.447.543
Total das aplicações		<u>3.152.183.655</u>
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo circulante		
No início do exercício	3.626.066.284	
No fim do exercício	14.331.319.110	10.705.252.826
Passivo circulante		
No início do exercício	3.279.394.116	
No fim do exercício	14.105.903.003	<u>10.826.508.887</u>
Redução no capital circulante		(121.256.061)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FÍNDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986

EM CRUZADOS — CENTAVOS OMITIDOS

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e Bancos	465.129.596	Créditos de Associadas	4.222.354
Débitos de Cooperados		Créditos de Cooperados	
Adiantamentos à Produção	1.451.682.393	Remanescentes de Prestação de Contas	65.938.473
"Pooling" Despesas de Produtos	304.950.455	Fundo Rotativo	318.698.479
Fornecimento de Insumos	521.756.729	Outros Créditos	66.080.634
Débitos Especiais	218.517.850	Instituições Financeiras	
Outros Débitos	117.880.646	Operações de Crédito Rural	1.011.059.148
Menos: Créditos de Produção	(1.182.158.349)	Financiamentos	1.251.965.980
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(25.949.399)	Créditos de Terceiros	
	1.406.680.325	Fornecedores	305.576.839
Débitos de Terceiros		Antecipação de Clientes	10.173.000
Contas a Receber de Clientes	488.895.089	Encargos de Folha de Pagamento	84.785.487
Outras Contas a Receber	271.182.147	Outros Créditos	124.697.363
Menos: Duplicatas Descontadas	(3.152.090)	Créditos do Poder Público	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(13.454.356)	Total do Passivo Circulante	3.279.394.116
	743.470.790		
Estoques	835.215.484	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Valores Antecipados e Outros	175.570.089	Instituições Financeiras	
	3.626.066.284	Operações de Crédito Rural	6.197.823
		Financiamentos	199.678.347
			205.876.170
		Outros Créditos	334.063
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
		Receitas Diferidas	2.776.224
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		Contas de Capital	
Devedores por Contratos e Outros	16.453.785	Capital	226.339.819
		Elevação de Capital	406
			226.340.225
PERMANENTE		Reservas	
Imobilizado		Reserva Legal	6.694.125
Imóveis	187.165.133	Reserva para Reforço de Capital de Giro	193.291.362
Bens de Uso da Produção	118.024.986	Reserva para Investimento e Imobilização	217.560.333
Bens de Transportes	23.122.678		417.545.820
Bens em Execução	228.650.868	Fundos	
Bens de Uso Administrativo	24.962.840	Fundo de Assistência Técnica,	
Menos: Depreciação Acumulada	(17.625.300)	Educacional e Social — FATES	5.871.614
	564.301.205	Fundo Especial	6.978.798
Investimentos		Fundo de Atividades de Cooperados	10.115.731
Participações em Outras Entidades	7.855.278		22.966.143
Diferido		Resultado do Exercício	
Custos Pré-Operacionais	9.964.182	Operações com Cooperados	68.878.125
	582.120.665	Operações com não Cooperados —	
		Lei 5.764, Artigo 87	529.848
			69.407.973
			736.260.161
Correção Monetária do Ativo Permanente	1.281.483.266	Reserva de Equalização — Resultante da	
	1.863.603.931	Correção Monetária	1.281.483.266
		Total do Passivo	5.506.124.000
Total do Ativo	5.506.124.000		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) GERVÁSIO TADASHI INOUE
Diretor Presidentea) YACUO OGAWA
Diretor Superintendentea) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Contador C.R.C. — SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986
EM CRUZADOS — CENTAVOS OMITIDOS

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	600.132.657	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados	293.873.054	
Outras contribuições	39.828.108	
Total	933.833.819	

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	526.226.223	
Gastos Gerais	281.030.508	
Depreciações	27.743.834	835.000.565
Administrativos		
Conselho Fiscal	1.572.820	
Honorários de Diretores	4.305.443	
Pessoal	30.304.028	
Gastos Gerais	14.724.776	
Depreciações	361.165	51.268.232
Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(102.759.551)	
Sub-Total	783.509.246	
Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cz\$ 682.810.702	79.708.850	
Total	863.218.096	

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS
ANTES DOS AJUSTES DO PROGRAMA DE
ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA — DL N.º 2.284/86

70.615.723

AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO
ECONÔMICA — DL N.º 2.284/86

(1.737.598)

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS

68.878.125

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO
COOPERADOS — LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86

Resultado antes do Imposto de Renda	3.437.074	
Menos: Imposto de Renda	(2.907.226)	529.848

RESULTADO DO EXERCÍCIO

69.407.973

APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Reserva Legal — 10%	6.887.812	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES — 5%	3.443.906	
Fundo Especial — 10%	5.854.641	
Juros sobre Capital Social — 3% a.a.	2.514.029	
Saldo à disposição da Assembléia Geral	50.177.737	
Sub-Total	68.878.125	
Resultado de operações com não cooperados — Lei 5.764, Artigo 87	529.848	69.407.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) GERVÁSIO TADASHI INOUE a) YACUO OGAWA a) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Diretor Presidente Diretor Superintendente Contador C.R.C. — SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1986
EM CRUZADOS — CENTAVOS OMITIDOS

ORIGENS DE RECURSOS

Das operações sociais	
Resultado do Exercício	69.407.973
Despesas (receitas) que não afetam o Capital Circulante:	
Depreciações	50.357.795
Variações monetárias do exigível a longo prazo	26.983.931
Ajustes do programa de estabilização econômica	
DL n.º 2.284/86 do exigível a longo prazo	(1.221.131)
Aumento nas reservas decorrentes das operações	203.192.004
	348.720.572
Aumento do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES	54.711
Dos Cooperados	
Aumento no fundo de atividades de cooperados	6.880.671
Aumento de capital	113.410.993
	120.291.664
De Terceiros	
Venda de bens do imobilizado	8.817.750
Ingressos de recursos no exigível a longo prazo	130.499.122
	139.316.872
Total das origens	608.383.819

APLICAÇÕES DE RECURSOS

No realizável a longo prazo	14.018.552
No ativo permanente	
Investimentos	3.185.788
Imobilizado	353.269.828
No ativo diferido	9.964.182
Por transferência do exigível a longo prazo ao circulante	25.291.541
Redução no resultado de exercícios futuros	10.298.843
Distribuição de juros sobre o capital (12% a.a.)	2.943.874
Devolução de capital aos cooperados demissionários	2.547.210
Do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES	197.071
Em aumento no capital circulante	186.666.930
Total das aplicações	608.383.819

VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE:

	31 DE DEZEMBRO DE		
	1986	1985	AUMENTO
	Em cruzados	Em milhares de cruzeiros	
Ativo Circulante	3.626.066.284	1.445.703.676	2.180.362.608
Passivo Circulante	3.279.394.116	1.285.698.438	1.993.695.678
Capital Circulante	346.672.168	160.005.238	186.666.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FÍNDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985

(EM CRUZEIROS)

ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Bancos		136 652 842 702	Créditos de Associadas		1 675 531 538
Débitos de Cooperados			Créditos de Cooperados		
Adiantamentos à Produção	150 824 908 492		Créditos de Produção	95 191 293 806	
"Pooling" Despesas de Produtos	80 967 032 141		Remanescentes de Prestação de Contas	28 117 142 872	
Fornecimento de Insumos	294 273 724 166		Fundo Rotativo	106 467 952 613	
Débitos Especiais	126 130 220 599		Outros Créditos	25 375 273 451	255 151 662 742
Outros Débitos	17 028 318 578		Instituições Financeiras		
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(12 640 906 505)	656 583 297 471	Operações de Crédito Rural	836 086 017 202	
Débitos de Terceiros			Financiamentos	337 419 013 540	1 173 505 030 742
Contas a Receber de Clientes	207 510 457 844		Créditos de Terceiros		
Recursos Captados para Utilização Futura	312 044 760 416		Fornecedores	148 538 968 061	
Outras Contas a Receber	66 779 630 181		Antecipação de Clientes	2 743 652 201	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(5 976 853 194)	580 357 995 247	Encargos de Folha de Pagamento	44 702 265 326	
Estoques		416 469 217 857	Outros Créditos	55 979 701 081	251 964 586 669
Valores Antecipados e Outros		62 876 376 883	Créditos do Poder Público		10 637 680 645
Total do Ativo Circulante		1 852 939 730 160	Total do Passivo Circulante		1 692 934 492 336
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Devedores por Contratos e Outros		3 620 186 259	Instituições Financeiras		
PERMANENTE			Operações de Crédito Rural	6 187 654 956	
Imobilizado			Financiamentos	53 252 267 104	
Imóveis	63 267 564 462		Provisões	59 439 922 060	
Bens de Uso da Produção	49 332 176 845		Outros Créditos	24 296 636 993	
Bens de Transportes	12 166 593 414		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	5 660 639 792	89 397 198 845
Bens em Execução	80 777 731 295		Receitas Diferidas		13 075 066 769
Bens de Uso Administrativo	9 131 256 335		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Menos: Depreciação Acumulada	(6 016 494 312)	208 658 828 039	Contas de Capital		
Investimentos			Capital	83 900 392 500	
Participações em Outras Entidades	2 800 978 290		Elevação de Capital	51 340	
	211 459 806 329			83 900 443 840	
Correção Monetária do Ativo Permanente	680 396 088 494	891 855 894 823	Reservas		
Total do Ativo		2 748 415 811 242	Reserva Legal	1 845 095 015	
			Reserva para Reforço de Capital de Giro	29 474 289 827	
			Reserva para Investimento e Imobilização	96 897 480 606	
				128 216 865 448	
			Fundos		
			Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES	2 402 365 829	
			Fundo Especial	2 857 122 823	
			Fundo de Atividades de Cooperados	3 235 059 906	
				8 494 548 558	
			Resultado do Exercício		
			Operações com Cooperados	48 490 296 408	
			Operações com não Cooperados — Lei 5.764, Artigo 87	3 510 810 544	
				52 001 106 952	
				272 612 964 798	
			Reserva de Equalização — Resultante da Correção Monetária	680 396 088 494	953 009 053 292
			Total do Passivo		2 748 415 811 242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) GERVÁSIO TADASHI INOUE
Diretor Presidentea) YACUO OGAWA
Diretor Superintendentea) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Contador C.R.C. - SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985

(EM CRUZEIROS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	210 830 587 062
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados	222 644 206 189
Outras contribuições	10 040 885 953
Total	443 515 679 204

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	186 402 169 210	
Gastos Gerais	102 420 809 206	
Depreciações	10 800 940 034	299 623 918 450
Administrativos		
Conselho Fiscal	591 208 134	
Honorários de Diretores	1 578 008 332	
Pessoal	10 279 512 694	
Gastos Gerais	5 038 420 842	
Depreciações	140 515 022	17 627 665 024

Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(55 359 260 369)
Sub-Total	261 892 323 105

Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cr\$ 685 075 827 326	133 133 059 691
Total	395 025 382 796

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS	48 490 296 408
--	-----------------------

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS - LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86	
Resultado antes do Imposto de Renda	5 827 773 552
Menos: Imposto de Renda	(2 316 963 008)
	3 510 810 544

RESULTADO DO EXERCÍCIO	52 001 106 952
-------------------------------	-----------------------

APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Reserva Legal - 10%	4 849 029 640
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - 5%	2 424 514 820
Fundo Especial - 10%	4 121 675 195
Juros sobre Capital Social - 12% a.a.	2 943 873 668
Saldo à disposição da Assembléia Geral	34 151 203 085
Sub-Total	48 490 296 408

Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	3 510 810 544	52 001 106 952
---	----------------------	-----------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) GERVASIO TADASHI INOUE a) YACUO OGAWA a) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Diretor Presidente Diretor SuperIntendente Contador C.R.C. - SP, 55.772

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1985

(EM CRUZEIROS)

ORIGENS DE RECURSOS

Das operações sociais	
Resultado do Exercício	52 001 106 952
Despesas (receitas) que não afetam o Capital Circulante:	
Depreciações	18 971 328 657
Variações monetárias do exigível a longo prazo	39 796 441 767
Aumento nas reservas decorrentes das operações	56 984 081 430
	167 752 958 806
Aumento nos fundos	276 025 249
Aumento no resultado de exercícios futuros	11 948 243 350
	12 224 268 599
Dos Cooperados	
Aumento no fundo de atividades de cooperados	2 021 929 131
Aumento de capital	51 304 509 379
	53 326 438 510
De Terceiros	
Venda de bens do imobilizado	1 694 322 194
Ingressos de recursos no exigível a longo prazo	35 418 772 607
	37 113 094 801
Total das origens	270 416 760 716

APLICAÇÕES DE RECURSOS

No realizável a longo prazo	3 544 473 436
No ativo permanente	
Investimentos	1 888 110 079
Imobilizado	152 434 229 754
Por transferência de exigível a longo prazo ao circulante	34 254 267 862
Distribuição de juros sobre o capital	1 112 094 264
Devolução de capital aos cooperados demissionários	1 256 481 018
Do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES	917 285 186
Em aumento no capital circulante	75 009 819 117
Total das aplicações	270 416 760 716

VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE:

	31 DE DEZEMBRO DE		
	1985	1984	AUMENTO
Ativo Circulante	1 852 939 730 160	499 648 391 137	1 353 291 339 023
Passivo Circulante	1 692 934 492 336	414 652 972 430	1 278 281 519 906
Capital Circulante	160 005 237 824	84 995 418 707	75 009 819 117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1984

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1984

(CENTAVOS OMITIDOS)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e Bancos	47 603 974 608	Créditos de Associadas	505 425 328
Débitos de Cooperados		Créditos de Cooperados	
Adiantamentos à Produção	108 403 309 760	Créditos de Produção	34 166 235 287
"Pooling" Despesas de Produtos	14 386 119 679	Remanescentes de Prestação de Contas	2 979 157 527
Fornecimento de Insumos	103 341 195 656	Fundo Rotativo	17 468 158 996
Débitos Especiais	4 762 017 186	Outros Créditos	10 219 383 962
Outros Débitos	4 443 253 756	Instituições Financeiras	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(3 954 443 532)	Operações de Crédito Rural	121 475 788 254
	231 381 452 505	Financiamentos	166 544 559 795
Débitos de Terceiros		Créditos de Terceiros	
Contas a Receber de Clientes	57 665 888 352	Fornecedores	39 702 097 875
Outras Contas a Receber	12 827 633 946	Antecipação de Clientes	880 247 260
Menos: Duplicatas Descontadas	(1 026 615 855)	Encargos de Folha de Pagamento	8 979 692 039
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(1 700 703 226)	Outros Créditos	6 916 379 815
	67 766 203 217	Créditos do Poder Público	56 478 416 989
Estoques	135 931 438 344	Total do Passivo Circulante	4 815 846 292
Valores Antecipados e Outros	16 965 322 463	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	414 652 972 430
Total do Ativo Circulante	499 648 391 137	Instituições Financeiras	
		Operações de Crédito Rural	25 296 650 947
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		Financiamentos	11 300 625 902
Devedores por Contrato e Outros	447 637 249		36 597 276 849
		Provisões	11 481 802 159
PERMANENTE		Outros Créditos	102 232 130
Imobilizado		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	48 181 311 138
Imóveis	12 154 888 524	Receitas Diferidas	1 126 823 419
Bens de Uso da Produção	8 657 526 562	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Bens de Transportes	3 328 838 692	Contas de Capital	
Bens em Execução	15 394 783 096	Capital	24 799 491 800
Bens de Uso Administrativo	2 106 181 004	Elevação de Capital	37 861
Menos: Depreciação Acumulada	(1 566 907 513)		24 799 529 661
	40 075 310 365	Reservas	
Investimentos		Reserva Legal	430 726 220
Participações em Outras Entidades	569 078 269	Reserva para Reforço de Capital de Giro	2 970 222 184
	40 644 388 634	Reserva para Investimento e Imobilização	32 903 964 423
Correção Monetária	180 175 932 846		36 304 912 827
	220 820 321 480	Fundos	
Total do Ativo	720 916 349 866	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES	1 760 914 895
		Fundo Especial	1 654 909 327
		Fundo de Atividades de Cooperados	1 213 130 775
			4 628 954 997
		Resultado do Exercício	
		Operações com Cooperados	14 143 687 943
		Operações com não Cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	575 526 495
			14 719 214 438
			80 452 611 923
		Reserva de Equalização - Resultante da Correção Monetária	176 502 630 956
		Total do Passivo	256 955 242 879
			720 916 349 866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) GERVÁSIO TADASHI INOUE
Diretor Presidentea) YACUO OGAWA
Diretor Superintendentea) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Contador C.R.C. - SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1984

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	53 392 303 364	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados	76 387 259 488	
Outras contribuições	2 032 199 350	
Total	131 811 762 202	

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	49 297 739 605	
Gastos Gerais	24 424 257 771	
Depreciações	2 659 763 267	76 381 760 643
Administrativos		
Conselho Fiscal	100 728 048	
Honorários de Diretores	446 464 243	
Pessoal	2 629 016 136	
Gastos Gerais	1 235 257 337	
Depreciações	30 003 579	4 441 469 343
Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(9 742 910 326)	
Sub-Total	71 080 319 660	

Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cr\$ 209 034 333 113	46 587 754 599	
Total	117 668 074 259	

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS

14 143 687 943

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS - LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86

Resultado antes do Imposto de Renda	924 390 281	
Menos: Imposto de Renda	(348 863 786)	575 526 495

RESULTADO DO EXERCÍCIO

14 719 214 438

APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Reserva Legal - 10%	1 414 368 794	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - 5%	707 184 397	
Fundo Especial - 10%	1 202 213 475	
Juros sobre Capital Social - 12% a.a.	1 112 094 264	
Saldo à disposição da Assembleia Geral	9 707 827 013	
Sub-Total	14 143 687 943	

Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	575 526 495	14 719 214 438
--	-------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a) GERVÁSIO TADASHI INOUE a) YAÇUO OGAWA a) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Diretor Presidente Diretor Superintendente Contador C.R.C. - SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1984

(CENTAVOS OMITIDOS)

ORIGENS DE RECURSOS

Das operações sociais

Resultado do Exercício	14 719 214 438
Despesas (receitas) que não afetam o Capital Circulante:	
Depreciações	4 481 657 680
Variações monetárias do exigível a longo prazo	21 335 470 000
Aumento líquido nas reservas decorrente das operações	24 251 766 116
Diminuição na reserva de equalização	(4 249 036 192)
	60 539 072 042

Aumento nos fundos	1 203 058 534
Aumento no resultado de exercícios futuros	628 065 024
Aumento no fundo de atividades de cooperados	627 729 950
Aumento de capital	14 243 640 309
Venda de bens do Imobilizado	922 671 476
Ingressos de recursos no exigível a longo prazo	13 893 614 359
Total das origens	92 057 851 694

APLICAÇÕES DE RECURSOS

No realizável a longo prazo	365 940 614
No ativo permanente	
Investimentos	252 518 107
Imobilizado	32 405 819 357
Por transferência de exigível a longo prazo ao circulante	8 607 359 241
Devolução de capital aos cooperados demissionários	370 416 920
Do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	138 667 791
Em aumento no capital circulante	49 917 129 664
Total das aplicações	92 057 851 694

VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE:

	31 DE DEZEMBRO DE 1984	1983	AUMENTO
Ativo Circulante	499 648 391 137	139 189 928 833	360 458 462 304
Passivo Circulante	414 652 972 430	104 111 639 790	310 541 332 640
Capital Circulante	84 995 418 707	35 078 289 043	49 917 129 664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C A C

C C

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FIMDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

(CENTAVOS OMITIDOS)

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos		20 444 948 849	Créditos de Associadas		197 878 274
Débitos de Cooperados			Créditos de Cooperados		
Adiantamentos à Produção	7 849 210 378		Créditos de Produção	12 505 567 860	
Pooling Despesas de Produtos	3 728 229 421		Remanescentes de Prestação de Contas	814 726 895	
Fornecimento de Insumos	20 774 084 924		Fundo Rotativo	4 390 417 889	
Débitos Especiais	1 076 685 990		Outros Créditos	2 161 304 278	19 872 016 922
Outros Débitos	1 171 115 307		Instituições Financeiras		
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(776 307 509)	33 823 018 511	Operações de Crédito Rural	51 511 628 387	
			Outras Operações	14 164 229 787	65 675 858 174
Débitos de Terceiros			Créditos de Terceiros		
Contas de Clientes a Receber	17 484 677 454		Fornecedores	12 349 145 175	
Recursos Captados para Utilização Futura	18 500 000 000		Antecipação de Clientes	388 773 563	
Outras Contas a Receber	2 796 692 301		Encargos de Folha	3 059 823 765	
Menos: Duplicatas Descontadas	(64 346 227)		Outros Créditos	1 449 787 577	17 247 530 080
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(634 799 128)	38 082 224 400	Créditos do Poder Público		1 118 356 340
			Total do Passivo Circulante		104 111 639 790
Estoques		43 163 389 632	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Valores Antecipados e Outros		2 376 962 774	Instituições Financeiras		
Total do Ativo Circulante		137 890 544 166	Operações de Crédito Rural	14 150 000 000	
			Outras Operações	2 218 876 379	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				16 368 876 379	
Devedores por Contrato e Outros		76 256 396	Outros Créditos de Terceiros	86 346 228	16 455 222 607
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
ATIVO PERMANENTE — AO CUSTO HISTÓRICO			Receitas Diferidas		498 758 395
Ativo Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imóveis	4 765 651 945		Contas de Capital		
Bens de Uso da Produção	4 706 305 074		Capital	9 269 119 600	
Bens de Transportes	1 121 587 403		Elevação de Capital	27 667	
Bens em Execução	2 898 867 378			9 269 147 267	
Bens de Uso Administrativo	561 683 467		Reservas		
Menos: Depreciação Acumulada	(765 760 356)		Reserva Legal	180 683 089	
	13 288 334 911		Reserva para Desenvolvimento	539 516 900	
				720 199 989	
Investimentos			Fundos		
Participações em Outras Entidades	421 732 494		Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — FATES	309 873 258	
			Fundo Especial	258 578 706	
Ativo Diferido			Fundo de Atividades de Cooperados	585 400 825	
Valores em Formação	78 585 693	13 788 653 098		1 153 852 789	
			Provisões	16 696 767 629	
Total do Ativo		151 755 453 660	Resultado do Exercício		
			Operações com Cooperados	2 500 431 309	
			Operações com não Cooperados — Lei 5.764, Artigo 87	349 433 885	
				2 849 865 194	30 689 832 868
			Total do Passivo		151 755 453 660

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

a) GERVÁSIO TADASHI INOUE
Diretor Presidentea) YACUO OGAWA
Diretor Superintendentea) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Contador C.R.C. — SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	16 501 364 892	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados	24 383 275 165	
Outras contribuições	766 066 978	
Total	<u>41 650 707 035</u>	

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	16 275 323 386	
Gastos Gerais	7 176 618 189	
Depreciações	561 833 700	24 013 775 275
Administrativos		
Conselho Fiscal	40 976 071	
Honorários de Diretores	173 354 377	
Pessoal	1 012 899 571	
Gastos Gerais	338 791 862	
Depreciações	2 200 331	1 568 222 212

Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(3 537 878 458)	
Sub-Total	<u>22 044 119 029</u>	

Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cr\$ 21 725 126 405	17 106 156 697	
Total	<u>39 150 275 726</u>	

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS

2 500 431 309

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS — LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86

Resultado antes do Imposto de Renda	665 531 226	
Menos: Imposto de Renda	(316 097 341)	349 433 885

RESULTADO DO EXERCÍCIO

2 849 865 194

APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Reserva Legal — 10%	250 043 131	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - 5%	125 021 565	
Fundo Especial - 10%	212 536 661	
Juros sobre Capital Social - 12% a.a.	360 283 440	
Saldo à disposição da Assembléa Geral	1 552 546 512	
Sub-Total	<u>2 500 431 309</u>	
Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	349 433 885	2 849 865 194

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

a) GERVASIO TADASHI INOUE a) YACUO OGAWA a) DERMIVAL OLIVEIRA SOUZA
Diretor Presidente Diretor Superintendente Contador C.R.C. — SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA
O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

(CENTAVOS OMITIDOS)

ORIGENS

Operações	
Resultado do Exercício	2 849 865 194
Mais: Itens que não representam movimentação de capital circulante no ano:	
Depreciação apropriada a proventos e custeios	394 749 230
Acréscimo líquido às provisões decorrente das operações:	
Para investimentos	5 582 190 066
Para imobilização	1 939 786 762
Para desenvolvimento	2 884 360 505
Outras	1 132 987 590
Recursos gerados pelas operações	14 783 939 347
Aumento de capital	5 916 343 164
Aumento no exigível a longo prazo	15 580 516 510
Venda de bens do imobilizado	742 461 399
Aumento de fundos de atividades de cooperados	346 617 733
Aumento no resultado de exercicios futuros	308 934 657
Outras origens	27 727 584
	<u>37 706 540 394</u>

APLICAÇÕES

Aquisição de bens do imobilizado	7 599 225 035
Aumento nos investimentos	155 557 682
Devolução de capital aos cooperados demissionários	114 926 360
Outras aplicações	83 600 925
	<u>7 953 310 002</u>

ACRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE

29 753 230 392

O acréscimo no capital circulante é representado por:

	SALDOS EM		
	31 DE DEZEMBRO DE		
	1983	1982	ACRÉSCIMO
Ativo Circulante	137 890 544 166	38 131 711 106	99 758 833 060
Passivo Circulante	104 111 639 790	34 106 037 122	70 005 602 668
Capital Circulante	33 778 904 376	4 025 673 984	29 753 230 392

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

C A C

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FIMDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1982

C C

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1982

(CENTAVOS OMITIDOS)

<u>ATIVO</u>			<u>PASSIVO</u>		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos		6 238 674 534	Créditos de Associadas		84 620 277
Débitos de Cooperados			Créditos de Cooperados		
Adiantamentos à Produção	1 632 854 641		Créditos de Produção	964 081 195	
Pooling Despesas de Produtos	1 238 464 792		Remanescentes de Prestação de Contas	1 226 947 186	
Fornecimento de Insumos	6 587 306 769		Fundo Rotativo	840 220 176	
Débitos Especiais	1 230 368 429		Outros Créditos	437 497 274	3 468 745 831
Outros Débitos	324 697 520		Instituições Financeiras		
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(234 922 592)	10 778 769 559	Operações de Crédito Rural	19 856 890 141	
			Outras Operações	4 078 781 503	23 935 671 644
Débitos de Terceiros			Créditos de Terceiros		
Contas de Clientes a Receber	6 565 296 220		Fornecedores	4 415 960 318	
Outras Contas a Receber	918 668 796		Antecipação de Clientes	148 711 304	
Menos: Duplicatas Descontadas	(460 026 832)		Encargos de Folha	1 264 942 806	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(197 308 929)	6 826 629 255	Outros Créditos	417 450 868	6 247 065 296
			Créditos do Poder Público		369 934 074
Estoques		13 200 641 427	Total do Passivo Circulante		34 106 037 122
Valores Antecipados e Outros		1 017 857 089	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do Ativo Circulante		38 062 571 864	Instituições Financeiras		
			Outras Operações	853 640 976	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Outros Créditos de Terceiros	21 065 121	874 706 097
Devedores por Contrato e Outros		52 375 091	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
			Receitas Diferidas		189 823 738
ATIVO PERMANENTE - AO CUSTO HISTÓRICO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo Imobilizado			Contas de Capital		
Imóveis	2 331 536 770		Capital	3 004 013 700	
Bens de Uso da Produção	1 963 818 890		Elevação de Capital	17 144	
Bens de Transportes	412 730 104			3 004 030 844	
Bens em Execução	2 006 354 763		Reservas		
Bens de Uso Administrativo	264 757 568		Reserva Legal	116 276 587	
Menos: Depreciação Acumulada	(401 397 986)		Reserva para Desenvolvimento	290 996 504	
	6 577 800 109			407 273 091	
Investimentos			Fundos		
Participações em Outras Entidades	266 174 812		Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	220 484 383	
			Fundo Especial	203 833 179	
Ativo Diferido			Fundo de Atividades de Cooperados	238 783 092	
Valores em Formação	88 005 315	6 931 980 236		663 100 654	
			Provisões	5 128 432 581	
Total do Ativo		45 046 927 191	Resultado do Exercício		
			Operações com Cooperados	644 065 023	
			Operações com não Cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	29 458 041	
				673 523 064	9 876 360 234
			Total do Passivo		45 046 927 191

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

a) Gervásio Tadashi Inoue
Diretor Presidentea) Yacuo Ogawa
Diretor Superintendentea) Dermalva Oliveira Souza
Contador C.R.C. - SP. 55.772

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1982**

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	6 268 295 065	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados	6 279 895 531	
Outras contribuições	403 023 600	
Total	12 951 214 196	

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	7 134 864 855	
Gastos Gerais	2 855 349 256	
Depreciações	207 264 627	10 197 478 738
Administrativos		
Conselho Fiscal	22 389 830	
Honorários de Diretores	103 646 197	
Pessoal	526 369 376	
Gastos Gerais	206 619 994	
Depreciações	812 309	859 837 706
Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados		(1 615 049 401)
Sub-Total		9 442 267 043
Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cr\$ 8 809 484 345		2 864 882 130
Total		12 307 149 173

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS - LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86		
Resultado antes do Imposto de Renda	42 082 915	
Menos: Imposto de Renda	(12 624 874)	29 458 041

RESULTADO DO EXERCÍCIO

APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:		673 523 064
Reserva Legal - 10%	64 406 502	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - 5%	32 203 251	
Fundo Especial - 10%	54 745 527	
Juros sobre Capital Social - 12% a.a.	166 081 644	
Saldo à disposição da Assembléia Geral	326 628 099	
Sub-Total	644 065 023	
Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	29 458 041	673 523 064

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

a) Gervásio Tadashi Inoue a) Yacuo Ogawa a) Dermalval Oliveira Souza
Diretor Presidente Diretor Superintendente Contador C.R.C. - SP. 55.772

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1982**

(CENTAVOS OMITIDOS)

ORIGENS

Operações	
Resultado do Exercício	673 523 064
Mais: Itens que não representam movimentação de capital circulante no ano:	
Depreciação apropriada a proventos e custeios	178 264 351
Acréscimo líquido às provisões decorrente das operações:	
Para investimentos	586 401 670
Para imobilização	463 782 609
Para desenvolvimento	316 521 090
Outras	401 182 016
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos a longo prazo	5 189 900
Recursos gerados pelas operações	2 624 864 700
Aumento de capital	1 430 905 356
Aumento nos empréstimos a longo prazo - novos ingressos	573 754 040
Venda de bens do imobilizado	354 441 573
Aumento de fundos de atividades de cooperados	99 567 898
Aumento no resultado de exercícios futuros	163 270 174
Outras origens	10 652 637
Total	5 257 456 378

APLICAÇÕES

Aquisição de bens do imobilizado	4 426 558 527
Aumento nos investimentos	123 203 848
Diminuição nos empréstimos a longo prazo	111 471 200
Devolução de capital aos cooperados demissionários	62 541 762
Outras aplicações	79 079 554
Total	4 802 854 891

ACRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE

454 601 487

O acréscimo no capital circulante é representado por:

	SALDOS EM		
	31 DE DEZEMBRO DE		
	1982	1981	ACRÉSCIMO
Ativo Circulante	38 062 571 864	17 088 925 093	20 973 646 771
Passivo Circulante	34 106 037 122	13 586 991 838	20 519 045 284
Capital Circulante	3 956 534 742	3 501 933 255	454 601 487

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

(CENTAVOS OMITIDOS)

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos		2 982 419 096	Créditos de Associadas		48 876 996
Débitos de Cooperados			Créditos de Cooperados		
Adiantamentos à Produção	1 479 044 561		Créditos de Produção	876 176 651	
Pooling Despesas de Produtos	762 616 807		Remanescentes de Prestação de Contas	754 721 185	
Fornecimento de Insumos	2 285 842 569		Fundo Rotativo	506 509 020	
Outros Débitos	582 427 778		Outros Créditos	329 551 521	2 466 958 377
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(105 265 494)	5 004 666 221	Instituições Financeiras		
			Operações de Crédito Rural	6 983 367 975	
Débitos de Terceiros			Outras Operações	1 313 430 912	8 296 798 887
Contas de Clientes a Receber	3 545 526 118		Créditos de Terceiros		
Outras Contas a Receber	196 057 521		Fornecedores	1 410 748 172	
Menos: Duplicatas Descontadas	(361 015 212)		Antecipação de Clientes	291 275 891	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(108 173 640)	3 272 394 787	Encargos de Folha	624 231 625	
			Outros Créditos	193 813 095	2 520 068 783
Estoques		5 367 829 920	Créditos do Poder Público		254 288 795
Valores Antecipados e Outros		548 011 873	Total do Passivo Circulante		13 586 991 838
Total do Ativo Circulante		17 175 321 897	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
			Instituições Financeiras		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Outras Operações	386 168 236	
Devedores por Contrato e Outros		56 475 560	Outros Créditos de Terceiros	16 206 010	402 374 246
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
ATIVO PERMANENTE - AO CUSTO HISTÓRICO			Juros Diferidos e Outros		112 950 368
Ativo Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imóveis	1 090 088 959		Contas de Capital		
Bens de Uso da Produção	950 352 710		Capital	1 392 086 700	
Bens de Transportes	218 744 961		Elevação de Capital	17 242	
Bens em Execução	516 766 900			1 392 103 942	
Bens de Uso Administrativo	114 197 753		Reservas		
Menos: Depreciação Acumulada	(233 594 635)		Reserva Legal	82 229 954	
	2 656 556 648		Reserva para Desenvolvimento	260 029 127	
Investimentos			Outras Reservas	3 576 518	
Participações em Outras Entidades	142 970 964			345 835 599	
Ativo Diferido			Fundos		
Valores em Formação	8 925 761	2 808 453 373	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	75 423 658	
			Fundo Especial	174 893 540	
Total do Ativo		20 040 250 830	Fundo de Atividades de Cooperados	139 215 193	
				389 532 391	
			Provisões	3 343 651 758	
			Resultado do Exercício		
			Operações com Cooperados	340 466 337	
			Operações com não Cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	126 344 351	
				466 810 688	5 937 934 378
			Total do Passivo		20 040 250 830

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

a) Gervásio Tadashi Inoue
Presidentea) Yacuo Ogawa
Superintendentea) Dermival Oliveira Souza
Contador C.R.C. - SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	3 041 421 940	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias a cooperados	2 976 967 083	
Outras contribuições	228 030 693	
Total	6 246 419 716	

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	3 131 752 488	
Gastos Gerais	1 389 782 673	
Depreciações	111 766 716	4 633 301 877
Administrativos		
Conselho Fiscal	11 439 773	
Honorários de Diretores	50 051 662	
Pessoal	248 663 651	
Gastos Gerais	80 941 012	
Depreciações	529 037	391 625 135
Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(696 543 288)	
Sub-Total	4 328 383 724	

Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cr\$ 2 582 449 161	1 577 569 655	
Total	5 905 953 379	

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS 340 466 337

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS - LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86

Resultado antes do Imposto de Renda	203 211 418	
Menos: Imposto de Renda	(76 867 067)	126 344 351

RESULTADO DO EXERCÍCIO 466 810 688

APROPRIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Reserva Legal - 10%	34 046 634	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - 5%	17 023 317	
Fundo Especial - 10%	28 939 639	
Juros sobre Capital Social - 12% a.a.	79 625 091	
Saldo à disposição da Assembléia Geral	180 831 656	
Sub-Total	340 466 337	
Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	126 344 351	466 810 688

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

a) Gervásio Tadashi Inoue Presidente
a) Yáçuo Ogawa Superintendente
a) Dermival Oliveira Souza Contador C.R.C. - SP. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1981

(CENTAVOS OMITIDOS)

ORIGENS

Operações	
Resultado do Exercício	466 810 688
Mais: Itens que não representam movimentação de capital circulante no ano:	
Depreciação apropriada a proventos e custeios	115 793 754
Acréscimo líquido às provisões decorrente das operações:	
Para investimentos	616 710 541
Para imobilização	220 065 520
Para desenvolvimento	165 926 835
Para reposição de estoque	207 768 654
Outras	173 730 348
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos a longo prazo	16 707 939
Recursos gerados pelas operações	1 983 514 279
Venda de bens do imobilizado	231 521 984
Aumento de capital	566 157 153
Aumento de fundos de atividades de cooperados	64 163 367
Aumento nos empréstimos a longo prazo - novos ingressos	118 233 103
Aumento no resultado de exercícios futuros	38 575 365
Total	3 002 165 251

APLICAÇÕES

Aquisição de bens do imobilizado	1 200 373 777
Aumento no realizável a longo prazo	6 638 437
Diminuição nos empréstimos a longo prazo	84 661 218
Diminuição em outros exigíveis a longo prazo	42 119 719
Devolução de capital aos cooperados demissionários	29 031 261
Aumento nos investimentos	44 644 370
Outras aplicações	27 673 503
Total	1 435 142 285

ACRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE 1 567 022 966

O acréscimo no capital circulante é representado por:

	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	1981	1980	ACRÉSCIMO
Ativo Circulante	17 175 321 897	8 838 205 462	8 337 116 435
Passivo Circulante	13 586 991 838	6 816 898 369	6 770 093 469
Capital Circulante	<u>3 588 330 059</u>	<u>2 021 307 093</u>	<u>1 567 022 966</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 1980

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

(CENTAVOS OMITIDOS)

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos		1 168 805 271	Créditos de Associadas		27 354 938
Débitos de Associadas		1 468 372	Créditos de Cooperados		
Débitos de Cooperados			Créditos de Produção	325 840 133	
Adiantamentos à Produção	698 518 649		Prestação de Contas a Pagar	71 590 834	
Pooling Despesas de Produtos	255 800 162		Remanescentes de Prestação de Contas	408 467 519	
Fornecimento de Insumos	1 577 296 131		Fundo Rotativo	257 550 102	
Outros Débitos	310 625 761		Outros Créditos	195 076 221	1 258 524 809
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(62 847 016)	2 779 393 687	Instituições Financeiras		
Débitos de Terceiros			Operações de Crédito Rural	2 724 919 562	
Contas de Clientes a Receber	1 893 327 726		Outras Operações	946 397 595	3 671 317 157
Outras Contas a Receber	347 842 037		Créditos de Terceiros		
Menos: Duplicatas Descontadas	(128 820 735)		Fornecedores	1 302 878 877	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(56 799 832)	2 055 549 196	Antecipação de Clientes	20 674 198	
Estoques		2 509 903 253	Encargos de Folha	281 620 833	
Valores Antecipados		323 085 683	Outros Créditos	125 961 399	1 731 135 307
Total do Ativo Circulante		8 838 205 462	Créditos do Poder Público		128 566 158
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Total do Passivo Circulante		6 816 898 369
Devedores por Contrato e Outros		49 837 123	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
ATIVO PERMANENTE - AO CUSTO HISTÓRICO			Instituições Financeiras		
Ativo Imobilizado			Outras Operações	335 888 412	
Imóveis	770 865 587		Outros Créditos de Terceiros	58 325 729	394 214 141
Bens de Uso da Produção	464 144 952		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Bens de Transportes	128 308 164		Juros Diferidos e Outros		74 375 003
Bens em Execução	413 846 884		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens de Uso Administrativo	69 882 523		Contas de Capital		
Menos: Provisão para Depreciação	(130 575 036)		Capital	542 966 200	
	1 716 473 074		Elevação de Capital	211 609 397	
Investimentos				754 575 597	
Participações em Outras Entidades	98 326 594		Reservas		
Ativo Diferido			Reserva Legal	42 731 376	
Valores em Formação	7 388 763	1 822 188 431	Reserva para Desenvolvimento	173 003 593	
			Outras Reservas	3 576 518	
Total do Ativo		10 710 231 016		219 311 487	
			Fundos		
			Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES	31 378 476	
			Fundo Especial	50 401 280	
				81 779 756	
			Provisões	1 930 941 995	
			Resultado do Exercício		
			Operações com Cooperados	394 985 771	
			Operações com não Cooperados		
			Lei 5.764, Artigo 87	43 148 897	
				438 134 668	3 424 743 503
			Total do Passivo		10 710 231 016

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

a) Gervásio Tadashi Inoue
Presidentea) Keyro Simomoto
Superintendentea) Dermival Oliveira Souza
Contador C.R.C. - S.P. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

PROVENTOS

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados		1 272 565 002
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias à cooperados		1 342 338 617
Outras contribuições		109 751 162
Total		<u>2 724 654 781</u>

CUSTEIOS

Operacionais		
Pessoal	1 455 290 481	
Gastos Gerais	586 868 349	
Depreciações	79 046 649	2 121 205 479
Administrativos		
Conselho Fiscal	4 709 428	
Honorários de Diretores	18 973 242	
Pessoal	105 685 513	
Gastos Gerais	42 278 145	
Depreciações	362 911	172 009 239

Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados		(320 570 113)
Sub-Total		<u>1 972 644 605</u>

Encargos Financeiros, menos ressarcimento de Cr\$ 685 488 168		357 024 405
Total		<u>2 329 669 010</u>

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS		394 985 771
---------------------------------------	--	-------------

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS - LEI 5.764, ARTIGOS 85 E 86

Resultado antes do Imposto de Renda	66 382 918	
Menos: Imposto de Renda	(23 234 021)	43 148 897

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Reserva Legal - 10%	39 498 577	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social-FATES - 5%	19 749 289	
Fundo Especial - 10%	33 573 791	
Juros sobre Capital Social - 12% a.a.	38 962 526	
Saldo à disposição da Assembléa Geral	263 201 588	
Sub-Total	394 985 771	

Resultado de operações com não cooperados - Lei 5.764, Artigo 87	43 148 897	<u>438 134 668</u>
--	------------	--------------------

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração

a) Gervásio Tadashi Inoue
Presidente

a) Keyro Simomoto
Superintendente

a) Dermal Oliveira Souza
Contador C.R.C. - S.P. 55.772

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES
DE RECURSOS PARA O ANO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 1980

(CENTAVOS OMITIDOS)

Origens

Operações

Resultado do Exercício	438 134 668
Mais: Itens que não representam movimentação de capital circulante no ano:	
Depreciação apropriada a proventos e custeios	54 296 613
Acréscimo líquido às provisões decorrente das operações:	
Para investimentos	583 730 467
Para imobilização	314 097 907
Para desenvolvimento	76 357 178
Para reposição de estoque	154 299 642
Outras	97 414 618
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos a longo prazo	5 588 480
Recursos gerados pelas operações	<u>1 723 919 573</u>

Venda de bens do imobilizado	87 646 367
Aumento de capital	288 535 855
Aumento nos empréstimos a longo prazo - novos ingressos	167 895 817
Aumento em outros exigíveis a longo prazo	34 034 012
Aumento no resultado de exercícios futuros	20 976 360
	<u>2 323 007 984</u>

Aplicações

Aquisição de bens do imobilizado	996 081 672
Aumento no realizável a longo prazo	14 058 675
Diminuição nos empréstimos a longo prazo	83 784 542
Retorno de resultado aos cooperados	18 787 243
Devolução de capital aos cooperados demissionários	15 883 792
Aumento nos investimentos	25 590 849
Outras aplicações	16 219 700
	<u>1 170 406 473</u>

Acréscimo no capital circulante	<u>1 152 601 511</u>
---------------------------------	----------------------

O acréscimo no capital circulante é representado por:

	SALDOS EM			
	31 DE DEZEMBRO DE			
	1980	1979		ACRÉSCIMO
Ativo Circulante	8 838 205 462	4 229 885 720		4 608 319 742
Passivo Circulante	6 816 898 369	3 361 180 138		3 455 718 231
Capital Circulante	2 021 307 093	868 705 582		1 152 601 511

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração

Balanço Geral

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O ANO FIMDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

(CENTAVOS OMITIDOS)

ATIVO			PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	780 576 700		Créditos de Associadas		16 890 214
Títulos e Valores Mobiliários	37 394 753		Créditos de Cooperados		
Débitos de Associadas	2 684 399		Créditos de Produção	288 979 885	
Débitos de Cooperados			Prestação de Contas a Pagar	47 617 422	
Adiantamentos à Produção	521 664 848		Remanescentes de Prestação de Contas	174 217 657	
Pooling Despesas de Produtos	123 232 628		Fundo Rotativo	88 440 836	
Fornecimento de Insumos	644 447 053		Outros Créditos	86 038 231	685 294 031
Outros Débitos	151 210 172				
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos ..	(28 827 107)	1 411 727 594	Créditos de Terceiros		
			Bancos Operações de Crédito Rural	1 862 484 842	
			Bancos Outras Operações	54 906 942	
Débitos de Terceiros			Fornecedores	456 446 123	
Contas de Clientes a Receber	785 296 957		Antecipação de Clientes	80 978 245	
Outras Contas a Receber	114 046 213		Empréstimo Projeto Cobal	45 813 257	
Menos: Duplicatas Descontadas	(123 371 639)		Outros Créditos	89 149 220	2 589 778 629
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos ..	(19 857 760)	756 113 771			
Estoques			Créditos do Poder Público		68 563 001
Mercadorias	941 276 217		Total do Passivo Circulante		3 360 525 875
Produção de Cooperados	46 537 805				
Embalagens	51 940 221		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Importação em Andamento	66 290 411	1 106 044 654	Créditos de Terceiros		
			Bancos Outras Operações	246 188 655	
Valores Antecipados		135 343 849	Outros Créditos	24 291 719	270 480 374
Total do Ativo Circulante		4 229 885 720			
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Juros Diferidos e Outros		53 398 643
Devedores por Contrato	29 181 845				
Outros Débitos	6 596 603	35 778 448	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Contas de Capital		
			Capital	330 781 000	
			Elevação de Capital	89 462 054	
					420 243 054
ATIVO PERMANENTE — AO CUSTO HISTÓRICO					
Ativo Imobilizado			Reservas, Fundos e Provisões		
Imóveis	444 463 716		Reserva Legal	26 310 330	
Bens de Uso da Produção	219 684 578		Reserva para Desenvolvimento	106 022 561	
Bens de Transportes	66 655 501		Outras Reservas	3 576 518	
Bens em Execução	107 857 809		Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — F.A.T.E.S.	23 553 084	
Bens de Uso Administrativo	42 317 579		Fundo Especial	23 261 350	
Menos: Provisão para Depreciação	(85 625 832)		Provisões	673 725 201	
		795 353 351			856 449 044
Investimentos			Resultado do Exercício		
Participações em Outras Entidades	72 735 745		Operações com cooperados	164 210 468	
Ativo Diferido			Operações com não cooperados — Lei 5.764, artigo 87	13 161 572	
Valores em Formação	4 715 766	872 804 862			177 372 040
					1 454 064 138
Total do Ativo		5 138 469 030	Total do Passivo		5 138 469 030

As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

a) **Gervásio Tadashi Inoue**
Presidentea) **Keyro Simomoto**
Superintendentea) **Tadeu Uemura**
Contador C.R.C. 10.148 — S.P.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O ANO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS		
PROVENTOS		
Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	553 732 201	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias à cooperados	643 036 461	
Outras Contribuições	51 556 609	
Total	1 248 325 271	
CUSTEIOS		
Operacionais		
Pessoal	653 892 494	
Gastos Gerais	336 106 721	
Depreciações	16 613 282	1 006 612 497
Administrativos		
Conselho Fiscal	2 251 776	
Honorários de Diretores	9 193 918	
Pessoal	57 323 887	
Gastos Gerais	21 300 151	
Depreciações	460 707	90 540 439
Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(155 083 570)	
Sub-Total	942 069 366	
Encargos Financeiros, menos ressarcimentos de Cr\$ 240 452 514	142 045 437	
Total	1 084 114 803	
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS	164 210 468	
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS — Lei 5.764, ARTIGOS 85 E 86		
Resultado antes do Imposto de Renda	20 248 572	
Menos: Imposto de Renda	(7 087 000)	13 161 572
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Reserva Legal — 10%	16 421 047	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — F.A.T.E.S. — 5%	8 210 523	
Fundo Especial — 10%	13 957 890	
Juros sobre Capital Social	26 572 884	
Saldo à disposição da Assembléia Geral	99 048 124	
Sub-Total	164 210 468	
Resultado de operações com não cooperados — Lei 5.764, artigo 87	13 161 572	177 372 040

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

a) Gervásio Tadashi Inoue a) Keyro Simomoto a) Tadace Uemura
Presidente Superintendente Contador C.R.C. 10.148 — S.P.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE
RECURSOS PARA O ANO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 1979

(CENTAVOS OMITIDOS)

Origens	
Operações:	
Resultado do Exercício	177 372 040
Mais: itens que não representam movimentação de capital circulante no ano:	
Depreciação apropriada a proventos e custeios	32 540 557
Acréscimo líquido às provisões decorrentes das operações	390 832 563
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos a longo prazo	1 137 393
	601 882 553
Venda de bens do imobilizado	44 935 700
Aumento de capital	110 297 141
Aumento nos empréstimos a longo prazo — novos ingressos	129 737 366
Aumento no resultado de exercícios futuros	19 427 858
Diminuição no realizável a longo prazo	21 599 087
	927 879 705
Aplicações:	
Aquisição de bens do imobilizado	283 622 014
Diminuição nos empréstimos a longo prazo	33 652 472
Diminuição em outros exigíveis a longo prazo	10 472 338
Retorno de resultado aos cooperados	10 967 842
Devolução de capital aos cooperados desmissionários	10 758 944
Devolução de capital rotativo aos cooperados	4 442 036
Aumento nos investimentos	34 966 641
Outras aplicações	924 237
	389 806 524
Acréscimo no capital circulante	538 073 181

O acréscimo no capital circulante é representado por:

	SALDOS EM		VARIÇÃO
	1979	1978	
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	780 576 700	536 813 165	243 763 535
Títulos e Valores Mobiliários	37 394 753	87 935 808	(50 541 055)
Débitos de Associadas	2 684 399	1 899 886	784 513
Débitos de Cooperados	1 411 727 594	837 377 952	574 349 642
Débitos de Terceiros	756 113 771	449 521 464	306 592 307
Estoques	1 108 044 654	620 541 228	487 503 426
Valores Antecipados	135 343 849	89 258 733	46 085 116
	4 229 885 720	2 623 348 236	1 606 537 484
Passivo Circulante			
Créditos de Associadas	16 890 214	13 043 510	3 846 704
Créditos de Cooperados	685 294 031	525 100 418	160 193 613
Créditos de Terceiros	2 589 778 629	1 720 937 768	868 840 861
Créditos do Poder Público	68 563 001	32 979 876	35 583 125
	3 360 525 875	2 292 061 572	1 068 464 303
Capital Circulante	869 359 845	331 286 664	538 073 181

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

Balanço Geral

Balanco geral levantado em 31 de dezembro de 1978

(CENTAVOS OMITIDOS)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa	18 641 396	Créditos de Associadas	13 043 510
Bancos	518 171 769	Créditos de Cooperados	
Débitos de Associadas	1 899 886	Créditos de Produção	276 621 836
Débitos de Cooperados		Prestação de Contas a Pagar	41 114 721
Adiantamentos à Produção	413 271 909	Remanescentes de Prestação de Contas	88 349 316
Pooling Despesas de Produtos	81 436 285	Fundo Rotativo	57 867 250
Antecipação de Financiamentos Bancários	273 712 815	Cooperados Contas de Antecipação	11 681 291
Bens por Remissão de Dívidas	9 934 292	Outros Créditos	49 466 004
Débitos Especiais	46 066 821		525 100 418
Outros Débitos	28 991 717	Créditos de Terceiros	
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(15 112 047)	Bancos Operações de Crédito Rural	1 285 246 002
	838 301 792	Bancos Operações Especiais — BNCC	9 273 848
		Bancos Operações Especiais — Outros	38 728 546
Débitos de Terceiros		Bancos Operações de Investimentos — BADESP	4 186 241
Contas de Clientes a Receber	420 846 841	Bancos Operações de Investimentos — Outros	16 899 243
Outras Contas a Receber	76 280 256	Bancos Outras Responsabilidades	25 289 469
Menos: Duplicatas Descontadas	(33 460 399)	Fornecedores	271 163 002
Menos: Provisão para Devedores Duvidosos	(11 621 593)	Outros Créditos	70 151 417
Títulos e Valores Mobiliários	87 935 808		1 720 937 768
	539 980 913	Créditos do Poder Público	32 979 876
		Total do passivo circulante	2 292 061 572
Estoques		EXIGIVEL A LONGO PRAZO	
Mercadorias	501 212 483	Créditos de Terceiros	
Produção de Cooperados	57 871 753	Bancos Operações Especiais — BNCC	91 667 542
Embalagens	23 155 675	Bancos Operações de Investimentos — BADESP	4 443 687
Importação em Andamento	38 301 317	Bancos Operações de Investimentos — Outros	52 855 139
	620 541 228	Outros Créditos	30 521 945
Valores Antecipados		F.G.T.S. e Outros	4 242 112
Valores em Formação	53 356 017		183 730 425
Despesas Antecipadas	28 730 398	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
Valores a Recuperar	7 172 318	Juros Diferidos	33 348 201
	89 258 733	Outros	622 584
Total do ativo circulante	2 626 795 717		33 970 785
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Devedores por Contrato	50 896 985	Contas de Capital	
Depósitos F.G.T.S. e Outros	3 033 069	Capital	223 394 400
	53 930 054	Elevação de Capital	50 581 630
		Capital Rotativo	4 316 272
ATIVO PERMANENTE			278 292 302
Ativo Imobilizado		Reservas	
Imóveis	336 963 118	Reserva Legal	15 650 531
Bens de Uso da Produção	139 184 958	Reserva para Desenvolvimento	84 424 501
Bens de Transportes	40 968 564	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — F.A.T.E.S.	12 828 868
Bens em Execução	79 192 510	Outras Reservas	3 576 518
Bens de Uso Administrativo	29 495 358		116 480 418
Menos: Depreciação	(58 194 974)	Fundo Especial	14 200 521
	567 609 534	Provisões	259 461 051
Investimentos		Resultado do Exercício	
Participações em Outras Entidades	37 769 104	Operações com cooperados	106 597 993
Ativo Diferido		Operações com não cooperados — Lei 5.764, artigo 87	4 211 685
Valores em Formação	2 902 343		110 809 678
	608 280 981		779 243 970
Total do ativo	3 289 006 752	Total do passivo	3 289 006 752

* As notas explicativas anexas fazem parte integrante deste balanço.

a) **Cervásio Tadashi Inoue**
Presidente

a) **Keyro Simomoto**
Superintendente

a) **Tadace Uemura**
Contador C.R.C. 10.148 — S.P.

Demonstração de resultado para o ano findo em 31 de dezembro de 1978

(CENTAVOS OMITIDOS)

OPERAÇÕES COM COOPERADOS

Proventos

Contribuições de serviços sobre vendas de produção de cooperados	362 203 008	
Contribuições de serviços na distribuição de mercadorias à cooperados	449 393 118	
Outras Contribuições	20 606 207	
Total	832 202 333	

Custeios

Operacionais

Pessoal	413 351 151	
Gastos Gerais	213 497 858	
Depreciações	10 264 746	637 113 755

Administrativos

Conselho Fiscal	1 219 538	
Honorários de Diretores	5 318 131	
Pessoal	40 072 603	
Gastos Gerais	11 910 366	
Depreciações	561 172	59 081 810

Menos: Custeios apropriados a operações com não cooperados	(98 318 386)	
--	--------------	--

Sub-total	597 877 179	
------------------	--------------------	--

Encargos Financeiros, menos ressarcimentos de Cr\$ 131 222 458	127 727 161	
--	-------------	--

Total	725 604 340	
--------------	--------------------	--

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS	106 597 993	
--	--------------------	--

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS — LEI 5.764, ARTIGOS 85/86

Resultado antes do Imposto de Renda	6 016 693	
Menos: Imposto de Renda	(1 805 008)	4 211 685

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Reserva Legal — 10%	10 659 799	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social — F.A.T.E.S. — 5%	5 329 900	
Fundo Especial — 10%	9 060 829	
Juros sobre Capital Social	16 050 504	
Saldo à disposição da Assembléia Geral	65 496 961	

Sub-total	106 597 993	
------------------	--------------------	--

Resultado de operações com não cooperados — Lei 5.764, Artigos 85/86	4 211 685	110 809 678
--	-----------	-------------

As notas explicativas anexas fazem parte integrante desta demonstração.

a) Gervásio Tadashi Inoue
Presidente

a) Keyro Simomoto
Superintendente

a) Tadace Uemura
Contador C.R.C. 10.148 — S.P.

Demonstração das origens e aplicações de recursos para o ano findo em 31 de dezembro de 1978

(CENTAVOS OMITIDOS)

Origens

Operações:

Resultado do exercício	110 809 678
Mais: itens que não representam movimentação de recursos no ano	
Depreciação	10 825 918
Acréscimo líquido às provisões decorrentes das operações	79 649 661
201 285 257	
Venda de bens do imobilizado	48 871 346
Aumento de capital	74 161 431
Aumento nos empréstimos a longo prazo — novos ingressos	41 832 186
Aumento em outros exigíveis a longo prazo	23 603 602
Aumento no resultado de exercícios futuros	12 081 009
Outras origens	11 588 030
413 422 861	

Aplicações:

Aquisição de bens do imobilizado	225 946 299
Aumento no realizável a longo prazo	30 036 354
Diminuição nos empréstimos a longo prazo, por amortizações e transferências para curto prazo	48 348 415
Devolução de capital aos cooperados demissionários	7 575 425
Outras aplicações	11 968 107
323 874 600	

Acréscimo no capital circulante	89 548 261
--	-------------------

O acréscimo no capital circulante é representado por:

	SALDOS EM		VARIAÇÃO
	1978	1977	
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	536 813 165	289 219 563	247 593 602
Débitos de Cooperados	838 301 792	1 064 054 316	(225 752 524)
Débitos de Terceiros	539 980 913	435 201 540	104 779 373
Estoques	620 541 228	372 123 593	248 417 635
Valores Antecipados e Outros	91 158 619	70 913 516	20 245 103
	2 626 795 717	2 231 512 528	395 283 189
Passivo Circulante			
Créditos de Cooperados	525 100 418	842 759 264	(317 658 846)
Créditos de Terceiros	1 720 937 768	1 114 081 122	606 856 646
Outros Créditos	46 023 386	29 486 258	16 537 128
	2 292 061 572	1 986 326 644	305 734 928
Capital Circulante	334 734 145	245 185 884	89 548 261

ANEXO II - Balanços do Setor Privado

Tabela 1 - Situação patrimonial - Geral - 1.000 empresas - 1980/86 - Cx\$ milhões

Itens	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ativo circulante	2.863	5.621	10.686	30.396	107.816	363.384	664.536
Disponível	192	389	887	3.391	11.694	44.645	86.047
Estoques	1.048	1.945	3.543	9.395	30.402	96.336	194.942
Duplicatas a receber	1.066	2.117	4.220	11.664	42.312	144.856	260.366
Controladas e coligadas	75	76	171	698	1.499	10.410	5.068
Aplicações financeiras	83	189	301	1.144	8.361	22.288	56.091
Títulos a receber	1	-	22	552	2.844	7.008	3.257
Outros ativos circulantes	398	903	1.542	3.552	10.704	37.841	56.765
Ativo realizável a longo prazo	848	2.329	5.141	16.222	53.937	205.480	358.489
Estoques longo prazo	8	10	25	230	288	359	1.103
Duplicatas a receber lp	205	406	417	1.188	4.635	121.968	22.551
Controladas e coligadas lp	426	1.197	570	1.199	3.612	26.952	27.883
Aplicações financeiras lp	50	123	3.146	11.114	40.239	42.081	240.918
Títulos a receber lp	-	-	13	32	115	748	525
Outros realizáveis a lp	159	593	970	2.459	5.048	13.372	65.509
Ativo permanente	6.868	15.352	34.798	109.544	383.797	1.306.164	2.404.084
Investimentos financeiros	1.444	3.285	7.892	24.338	100.358	349.516	703.333
Ativo imobilizado líquido	4.990	10.995	24.188	76.345	252.977	842.061	1.515.994
Ativo diferido	434	1.072	2.706	8.843	30.401	114.406	184.757
Outros ativos permanentes	-	-	12	15	59	181	0
Total do ativo real	10.579	23.302	50.625	156.162	545.550	1.875.028	3.427.109
Passivo circulante	2.577	5.321	9.962	31.484	100.928	368.557	711.393
Fornecedores	598	1.209	2.381	8.356	23.497	74.038	130.020
Controladas e coligadas	30	84	193	600	2.078	7.983	14.385
Financiamentos	950	1.836	3.388	12.813	42.900	172.182	338.344
Valores a recolher e a pagar	955	1.771	3.962	9.644	31.122	111.131	217.343
Outros passivos circulantes	44	421	38	71	1.338	3.223	11.301
Passivo exigível a longo prazo	3.072	6.904	15.662	50.723	164.646	550.539	849.768
Fornecedores longo prazo	-	-	29	92	246	320	507
Controladas e coligadas lp	49	83	200	595	2.685	10.570	25.181
Financiamentos lp	2.559	5.274	11.969	41.907	129.488	423.603	601.351
Outros exigíveis a lp	464	1.547	3.332	-	32.227	116.046	222.729
Patrimônio líquido	4.930	11.077	25.001	73.954	279.975	955.932	1.865.948
Origens do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	0	0
Capital social	1.810	3.638	8.617	19.708	63.285	191.911	710.721
(-) Capital a realizar	8	11	316	277	563	175	11.893
Capital realizado	1.801	3.627	8.301	19.431	62.722	191.738	698.828
Reservas	3.128	7.450	16.700	54.523	217.253	764.194	1.167.120
Reservas de capital	1.606	4.459	9.621	33.837	131.372	471.504	554.962
Reservas de reavaliação	397	413	1.006	5.329	25.667	89.313	166.876
Reservas de lucros	1.166	2.746	6.410	18.023	69.593	250.457	528.432
(-) Prejuízo acumulado	41	168	487	2.928	10.110	47.592	83.367
Outras reservas	-	-	150	262	731	532	217
Total das origens	4.930	11.077	25.001	73.954	279.975	955.932	1.865.948
Aplicações do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	0	0
Investimentos financeiros	1.444	3.286	7.893	24.339	100.358	349.516	703.333
Imobilizado operacional líquido	4.990	10.995	24.188	76.345	252.977	842.061	1.515.994
Diferido	433	1.071	2.706	8.843	30.401	114.406	184.757
Outros ativos permanentes	-	-	12	15	59	181	0
Capital de giro próprio	-1.937	-4.275	-9.798	-35.588	-103.820	-350.232	-538.136
Total das aplicações	4.930	11.077	25.001	73.954	279.975	955.932	1.865.948
Demonstrativo de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Receita operacional bruta	6.182	12.763	24.584	59.987	196.772	683.619	1.623.914
(-) Deduções da receita bruta	551	1.431	2.812	5.864	20.485	74.503	187.504
= Receita operacional líquida	5.631	11.332	21.772	54.123	176.287	609.116	1.436.410
(-) Custos dos produtos e serviços	4.120	8.303	16.056	37.786	118.289	402.211	1.045.752
= Lucro bruto	1.511	3.029	5.716	16.337	57.998	206.905	390.658
(-) Despesas operacionais	1.546	3.434	8.339	23.371	55.911	164.581	296.010
Despesas de vendas	206	402	926	2.272	7.272	28.454	63.920
Despesas administrativas	582	753	1.272	3.196	10.517	43.801	113.714
Despesas financeiras	756	2.269	5.625	17.284	35.744	82.540	105.371
Outras despesas operacionais	2	10	516	619	2.378	9.786	13.005
(+) Receitas operacionais	159	264	1.838	4.726	22.879	77.489	100.602
= Lucro operacional líquido	124	-141	-785	-2.308	24.966	119.813	195.250
(+) Resultados não-operacionais	11	114	139	-13	-3.634	-7.329	18.158
(+) Resultado da correção monetária	411	1.217	2.854	6.734	5.733	-29.594	-11.254
= Resultado antes do imposto de renda	546	1.190	2.208	4.413	27.065	82.890	202.154
(-) Provisão para o imposto de renda	127	217	458	1.257	5.127	18.984	34.291
= Lucro líquido do exercício	419	973	1.750	3.156	21.938	63.906	167.863
(-) Participações e distribuições	75	172	381	640	1.687	887	5.086
= Lucro líquido retido	344	801	1.369	2.516	20.251	63.019	162.777

Tabela 5 - Situação patrimonial - setor agrícola - 38 empresas - 1980/86 - Cz\$ milhões

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ativo circulante	19	37	80	211	653	2.598	5.411
Disponível	1	2	5	20	46	234	729
Estoque	7	15	29	80	266	1.234	2.582
Duplicatas a receber	7	12	33	70	155	907	1.374
Controladas e coligadas	-	2	-	8	85	16	66
Aplicações financeiras	-	1	5	5	26	15	197
Títulos a receber	-	-	1	1	14	3	19
Outros ativos circulantes	1	3	7	27	61	189	444
Ativo realizável a longo prazo	1	5	9	18	70	410	455
Estoque longo prazo	-	2	2	8	9	38	20
Duplicatas a receber lp	-	-	-	-	-	88	6
Controladas e coligadas lp	-	-	1	-	15	198	169
Aplicações financeiras lp	-	-	-	-	4	18	124
Títulos a receber lp	-	-	-	-	-	0	0
Outros realizáveis a lp	1	2	6	10	42	68	136
Ativo permanente	31	73	164	455	1.836	6.222	11.905
Investimentos financeiros	3	8	24	61	238	841	1.477
Ativo imobilizado líquido	27	63	134	365	1.546	5.274	10.092
Ativo diferido	1	2	5	12	52	107	336
Outros ativos permanentes	-	-	1	15	-	0	0
Total do ativo real	53	115	253	682	2.559	9.230	17.771
Passivo circulante	14	30	67	162	465	1.769	3.636
Fornecedores	2	4	8	25	75	321	587
Controladas e coligadas	-	-	-	-	-	42	6
Financiamentos	8	14	37	87	228	791	1.903
Valores a recolher e a pagar	3	11	22	49	159	609	1.130
Outros passivos circulantes	-	1	-	1	3	6	10
Passivo exigível a longo prazo	6	14	22	66	215	1.070	1.607
Fornecedores longo prazo	-	-	-	-	-	0	0
Controladas e coligadas lp	-	-	-	21	45	432	242
Financiamentos lp	3	8	12	27	89	227	347
Outros exigíveis a lp	3	6	10	17	80	411	1.018
Patrimônio líquido	32	70	164	452	1.878	6.391	12.528
Origens do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	0	0
Capital social	15	29	64	150	561	1.612	5.901
(-) Capital a realizar	-	-	-	-	1	6	83
Capital realizado	15	29	63	150	559	1.606	5.818
Reservas	17	41	100	302	1.318	4.785	6.710
Reservas de capital	9	27	69	238	1.081	3.709	4.716
Reservas de reavaliação	2	5	10	11	32	229	406
Reservas de lucros	5	9	23	67	264	1.001	1.989
(-) Prejuízo acumulado	-	2	6	24	60	154	401
Outras reservas	-	-	4	10	-	0	0
Total das origens	32	70	164	452	1.878	6.391	12.528
Aplicações do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	0	0
Investimentos financeiros	3	8	24	61	238	841	1.477
Imobilizado operacional líquido	27	63	134	365	1.546	5.274	10.092
Diferido	1	2	5	12	52	107	336
Outros ativos permanentes	-	-	1	15	-	0	0
Capital de giro próprio	-	-3	-	-1	42	169	623
Total das aplicações	32	70	164	452	1.878	6.391	12.528
Demonstrativo de resultados							
Receita operacional bruta	34	67	141	369	1.260	4.954	13.298
(-) Deduções da receita bruta	1	3	9	30	95	442	983
= Receita operacional líquida	32	63	132	339	1.165	4.512	12.315
(-) Custos dos produtos e serviços	23	47	97	236	766	2.902	9.250
= Lucro bruto	8	16	35	103	399	1.610	3.065
(-) Despesas operacionais	6	11	32	84	308	1.264	2.249
Despesas de vendas	1	1	6	15	36	190	581
Despesas administrativas	2	5	8	18	55	211	626
Despesas financeiras	2	4	17	50	200	855	886
Outras despesas operacionais	-	-	1	1	17	8	156
(+) Receitas operacionais	-	1	5	20	123	247	338
= Lucro operacional líquido	2	5	8	39	214	593	1.154
(+) Resultados não-operacionais	1	2	7	10	50	164	118
(+) Resultado da correção monetária	-	-2	-6	-20	-63	-261	-290
= Resultado antes do imposto de renda	3	4	9	29	201	496	982
(-) Provisão para o imposto de renda	-	-	2	6	41	107	230
= Lucro líquido do exercício	3	4	7	23	160	389	752
(-) Participações e distribuições	-	-	1	2	8	1	1
= Lucro líquido retido	3	3	6	21	152	388	751

Tabela 6 - Situação patrimonial - setor industrial - 743 empresas - 1980/86 - Cz\$ milhões

Itens	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ativo circulante	2.283	4.419	8.498	24.420	86.312	288.877	508.426
Disponível	132	281	658	2.727	9.238	34.923	61.724
Estoques	886	1.653	3.026	7.871	26.020	80.223	163.939
Duplicatas a receber	876	1.755	3.411	9.627	33.199	112.564	196.463
Controladas e coligadas	19	36	93	431	1.256	4.157	4.180
Aplicações financeiras	71	131	203	807	6.065	19.026	29.303
Títulos a receber	-	-	20	257	2.428	6.070	5.076
Outros ativos circulantes	299	563	1.087	2.700	8.106	31.912	47.741
Ativo realizável a longo prazo	238	715	1.653	5.055	15.028	63.860	124.401
Estoques longo prazo	7	5	17	209	239	181	801
Duplicatas a receber lp	27	97	388	1.087	2.940	4.871	12.298
Controladas e coligadas lp	36	101	351	492	2.219	6.993	15.232
Aplicações financeiras lp	46	116	250	1.741	7.437	41.579	43.018
Títulos a receber lp	-	-	13	31	111	652	525
Outros realizáveis a lp	122	396	634	1.493	2.082	9.584	52.527
Ativo permanente	4.273	9.595	21.700	71.199	251.618	859.127	1.567.402
Investimentos financeiros	590	1.380	3.158	10.461	44.380	160.188	317.492
Ativo imobilizado líquido	3.357	7.394	16.436	53.562	182.182	602.882	1.097.166
Ativo diferido	328	821	2.096	7.173	24.994	95.876	152.744
Outros ativos permanentes	-	-	10	3	62	181	0
Total do ativo real	6.797	14.729	31.851	100.674	352.958	1.211.864	2.200.229
Passivo circulante	1.977	4.073	7.656	23.689	74.018	260.872	481.986
Fornecedores	461	902	1.910	6.698	18.419	58.433	91.700
Controladas e coligadas	20	56	121	413	1.542	5.270	10.621
Financiamentos	732	1.462	2.643	8.917	29.277	107.827	210.497
Valores a recolher e a pagar	722	1.264	2.945	7.610	24.067	86.394	166.685
Outros passivos circulantes	42	389	37	51	713	2.948	2.483
Passivo exigível a longo prazo	1.990	4.378	9.952	32.716	104.073	352.346	547.742
Fornecedores longo prazo	-	-	29	36	87	276	413
Controladas e coligadas lp	18	61	126	373	1.621	7.091	18.110
Financiamentos lp	1.599	3.631	8.408	28.217	90.397	302.673	431.473
Outros exigíveis a lp	373	686	1.389	4.090	11.968	42.306	97.746
Patrimônio líquido	2.830	6.278	14.243	44.268	174.865	598.646	1.170.501
Origem do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	0	0
Capital social	1.156	2.142	5.367	11.894	41.900	126.156	462.067
(-) Capital a realizar	7	8	248	149	202	138	1.449
Capital realizado	1.149	2.134	5.119	11.745	41.698	126.018	460.618
Reservas	1.682	4.144	9.123	32.523	133.167	472.628	709.883
Reservas de capital	992	2.636	5.714	20.340	79.439	294.030	342.901
Reservas de reavaliação	82	207	460	4.612	22.623	77.828	139.461
Reservas de lucros	634	1.418	3.177	9.180	36.746	131.612	276.992
(-) Prejuízo acumulado	27	117	324	1.848	5.997	31.119	49.471
Outras reservas	-	-	96	239	355	277	0
Total das origens	2.830	6.278	14.243	44.268	174.865	598.646	1.170.501
Aplicações do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	0	0
Investimentos financeiros	591	1.380	3.158	10.461	44.380	160.188	317.492
Imobilizado operacional líquido	3.357	7.394	16.436	53.562	182.182	602.882	1.097.166
Diferido	327	820	2.096	7.173	24.994	95.876	152.744
Outros ativos permanentes	-	-	10	3	62	181	0
Capital de giro próprio	-1.444	-3.316	-7.457	-26.931	-76.753	-260.481	-396.901
Total das aplicações	2.830	6.278	14.243	44.268	174.865	598.646	1.170.501
Demonstrativo de resultados	4.399	8.650	17.371	42.387	146.197	495.132	1.172.953
Receita operacional bruta	417	1.063	2.365	4.941	18.048	62.201	155.981
(-) Deduções da receita bruta	3.982	7.587	15.006	37.446	128.149	432.931	1.016.972
= Receita operacional líquida	2.765	5.460	10.611	24.945	79.519	268.506	717.059
(-) Custos dos produtos e serviços	1.216	2.126	4.395	12.501	48.630	164.425	299.913
= Lucro bruto	1.259	2.568	6.506	19.925	39.592	121.561	219.266
(-) Despesas operacionais	148	282	616	1.591	5.203	20.805	43.295
Despesa de vendas	450	493	828	2.214	7.248	31.289	82.508
Despesa administrativa	659	1.783	4.811	15.652	25.484	61.507	83.777
Outras despesas operacionais	-	9	251	468	1.657	7.960	9.686
(+) Receitas operacionais	67	135	955	3.237	12.538	55.673	81.093
= Lucro operacional líquido	24	-305	-1.156	-4.187	21.576	98.537	161.740
(+) Resultados não-operacionais	62	98	259	644	-2.246	-8.616	-3.852
(+) Resultado da correção monetária	305	902	2.265	6.913	-91	-29.798	-21.842
= Resultado antes do imposto de renda	392	695	1.368	3.370	19.239	60.123	143.750
(-) Provisão para o imposto de renda	101	163	360	1.016	4.370	16.263	27.583
= Lucro líquido do exercício	291	532	1.008	2.354	14.869	43.860	116.167
(-) Participações e distribuições	53	126	285	420	1.247	718	3.637
= Lucro líquido retido	235	405	723	1.934	13.622	43.142	112.510